



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA ARTE
FACULDADE DE ARTES VISUAIS
CURSO DE BACHARELADO EM MUSEOLOGIA

REGINA LUCIA TAVARES LÔBO DE SOUZA

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA: UM REPENSAR SOBRE A PRÁTICA MUSEOLÓGICA

Belém / PA

2018

REGINA LUCIA TAVARES LOBO DE SOUZA

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA: UM REPENSAR SOBRE A PRÁTICA
MUSEOLÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso,
apresentado para a obtenção do grau de
Bacharel em Museologia da Universidade
Federal do Pará.

Área de Concentração: Teoria e prática
museológica

Aluna: Regina Lúcia Tavares Lôbo de
Souza

Orientadora: Dra. Marcia Bezerra

Co-orientadora: Dra. Rosângela Britto

Belém / PA

2018

REGINA LUCIA TAVARES LÔBO DE SOUZA

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA: UM REPENSAR SOBRE A PRÁTICA
MUSEOLÓGICA

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado para obtenção do grau de
Bacharel em Museologia, da Faculdade
de Artes Visuais da Universidade Federal
do Pará.

Área de Concentração: Teoria e prática
museológica

Aluna: Regina Lúcia Tavares Lôbo de
Souza

Orientadora: Dra. Marcia Bezerra

Co-orientadora: Dra. Rosângela Britto

Data de Aprovação:

Banca Examinadora:

Dr.^a Marcia Bezerra

Dr.^a Carmem Silva

Dr.^a Luzia Gomes Ferreira

Belém / PA

2018

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu porto seguro, socorro na hora da angústia, e minha força quando pensei em desistir.

A meu esposo, Alcides Carlos, meu amado, pelo suporte emocional, financeiro, pela paciência, pelo companheirismo, carinho e amor nesses trinta anos de casamento.

A meus lindos e queridos filhos, minhas jóias preciosas, Carla Caroline Lôbo de Souza, Carla Vitória Lôbo de Souza,(minha colega de classe), e Carlos Henrique Lôbo de Souza(meu eterno companheiro das madrugadas em claro), pelo incentivo e apoio nessa jornada universitária.

A minha orientadora Dra. Marcia Bezerra, pela paciência, compreensão e incentivo, por me fazer acreditar na minha capacidade. Muito obrigada!

A minha co-orientadora Dra. Rosângela Britto, pelas orientações que foram primordiais no momento de desespero, pelo carinho, paciência e incentivo. Muito obrigada!

A coordenação do curso de Museologia, na pessoa da professora Dra. Sue Costa, pelo empenho em fazer deste curso o melhor, e pela dedicação e ensino.

A meus professores, pelo ensino, empenho e dedicação no exercício da função.

A Jorge Ohashi, secretário do curso de Museologia, simplesmente o melhor.

A meus colegas da turma de Museologia de 2015, a maior, a melhor.

A Gabriele Martins, interlocutora em minha pesquisa e colega de turma.

A todos o meu muito obrigado!

“A adversidade desperta em nós capacidades que em circunstâncias favoráveis, teriam ficado adormecidas.”

Horácio

“A Fé é uma conquista difícil, que exige combates diários para ser mantida.”

Paulo Coelho

RESUMO

Esta pesquisa tem como referência o Ecomuseu da Amazônia. Esta instituição museológica apresenta uma proposta de trabalho que envolve as comunidades inseridas no seu âmbito de atuação a saber: Ilha de Mosqueiro, Ilha de Caratateua (Outeiro), Icoaraci e Ilha de Cotijuba visando o fortalecimento de suas práticas culturais e o desenvolvimento das pessoas que estão incluídas nesse contexto. Considerando-se que a Ilha de Cotijuba é parte integrante do campo de atuação do Ecomuseu, este trabalho trata em especial, das narrativas dos grupos sociais de moradores e visitantes da Ilha de Cotijuba que demonstram as noções relativas a museu e patrimônio destes, dentre outras questões apresentadas na pesquisa de campo. Tendo-se como referência que os ecomuseus se configuram como uma nova modalidade de museu, que surgiu com o advento da Nova Museologia, corrente teórica que se propõe a repensar as práticas museológicas usuais, no sentido de possibilitar uma maior interação entre o museu e as pessoas, visando o seu desenvolvimento. Desse modo, este trabalho apresenta o resultado da pesquisa qualitativa que envolveu a aplicação de entrevistas entre grupos de moradores e visitantes da Ilha. Analisando-se suas percepções e experiências acerca de possíveis ações museais na região, acredita-se que o ecomuseu precisa estabelecer uma abordagem dialógica mais abrangente com as comunidades do entorno da Ilha, no sentido de estabelecer uma relação de interatividade entre este museu e essas comunidades.

Palavras – Chave: Teoria e prática Museológica, Ecomuseu, Ecomuseu da Amazônia, Ilha de Cotijuba, Comunidades locais

ABSTRACT

This research has as reference the Ecomuseum of the Amazon. This museological institution presents a proposal of work that involves the communities within its scope of action, to know: Mosqueiro Island, Caratateua Island (Outeiro), Icoaraci and Island of Cotijuba, aiming to strengthening of their cultural practices and the development of the people that are inserted in this context. Considering that the Island of Cotijuba is an integral part of the field of activity of the Ecomuseum, this work deals in particular with the narratives of the social groups of residents and visitors of the Island of Cotijuba, who demonstrate the notions related to the museum and patrimony from them, among other issues presented in field research. Taking as reference that the ecomuseus are configured as a new modality of museum, that emerged with the advent of New Museology, a theoretical current that proposes to rethink the usual museological practices, in the sense of allowing a greater interaction between the museum and people, aiming his development. Thus, this paper presents the result of the qualitative research that involved the application of interviews between groups of residents and visitors of the Island. Analyzing their perceptions and experiences about possible museological actions in the region, it is believed that the ecomuseum needs to establish a more comprehensive dialogic approach with the communities around the Island, in order to establish an interactivity relationship between this museum and these communities.

Keywords: Museum theory and practice, Ecomuseum, Amazon Ecomuseum, Cotijuba Island, Local Communities

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 DOS MUSEUS TRADICIONAIS AOS ECOMUSEUS	15
1.1 FALANDO DE PATRIMÔNIO E MUSEUS.....	15
1.1.1 Patrimônio: origem, conceito, expansão e uso do termo	15
1.1.2 Os museus tradicionais, sua formação e atuação.....	18
1.1.3 Museus no Brasil	20
1.2 A MUSEOLOGIA E OS NOVOS CONCEITOS.....	22
2 ECOMUSEUS: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL	27
2.1 ECOMUSEUS NO BRASIL.....	32
2.1.1 Experiências significativas de Ecomuseus no Brasil.....	33
3 O ECOMUSEU DA AMAZÔNIA	35
3.1A TRAJETÓRIA DO ECOMUSEU DA AMAZÔNIA.	36
3.2 SOBRE A PESQUISA DE CAMPO.....	42
3.3 A ILHA DE COTIJUBA E O ECOMUSEU.....	44
3.3.1 As relações entre os moradores de Cotijuba e o Ecomuseu.....	52
3.3.2As comunidades do Poção e Fazendinha e as ações do Ecomuseu.....	61
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	66
REFERÊNCIAS	69
APÊNDICE	75
ANEXOS	76

LISTA DE SIGLAS

ABREMC___ Associação Brasileira de Ecomuseus e Museus Comunitários

ICOM___ Conselho Internacional de Museus

IPHAN___ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

MINOM___ Movimento Internacional para uma Nova Museologia

ONU___ Organização das Nações Unidas

PMB___ Prefeitura Municipal de Belém

SEMEC___ Scretaria Municipal de Educação

SENAR___ Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SPHAN___ Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

UNESCO___ Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura.

UFPA___ Universidade Federal do Pará

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Imagem da sede síntese do Ecomuseu da Amazônia.	35
Figura 2. Áreas de atuação do Ecomuseu da Amazônia	39
Figura 3. Mapa ilustrativo da localização da Ilha de Cotujuba.....	44
Figura 4. Imagem de Viviane Oliveira.	45
Figura 5 Imagem do antigo educandário e colônia penal.....	46
Figura 6. Imagem da Gabriele Martins.....	47
Figura 7. Imagem do trapiche do porto de entrada e saída da Ilha de Cotijuba.....	48
Figura 8. Mapa turístico ilustrativo da ilha de cotijuba e de suas principais praias.....	50
Figura 9. Posto de referência do Ecomuseu da Amazônia em Cotijuba	53
Figura 10. Produção artesanal de D. Antônia, peças de cerâmica.....	54
Figura 11. Produção artesanal de D. Antônia peças em palha e tapeçaria.....	55
Figura 12. Imagem de D. Antônia.....	56
Figura 13. Imagem do Sr. José Garcia.....	58
Figura 14. Imagem da vista panorâmica da chegada a comunidade do Poção	61
Figura 15. Imagem das ruínas do antigo engenho conhecido como Fazendinha.	63
Figura 16. Imagem da produção artesanal de embarcação	64
Figura 17. Imagem viveiro de mudas	65
Figura 18. Tanque de criação de Peixes.....	65
Figura 19. Motorrete.....	76
Figura 20. Charrete.....	76
Figura 21. Bondinho.....	77

INTRODUÇÃO

Durante o período da graduação em museologia tive a oportunidade de conhecer, por meio da teoria, diferentes modalidades de museus, entre as quais o ecomuseu. E como parte prática da disciplina “Museologia e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”, a turma de 2015, da qual fazia parte, foi visitar a sede síntese do Ecomuseu da Amazônia, no estado do Pará, esta se apresentou como uma instituição museal que trabalha, especificamente, com as comunidades do seu entorno, a partir de suas necessidades.

O que me motivou a fazer este estudo, que culminou com o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Bacharelado em Museologia, foi a vontade de refletir sobre os museus para além dos processos de musealização dos bens patrimoniais - aquisição, seleção, guarda, preservação, educação e exposição – e pensar acerca da possibilidade de um trabalho mais abrangente, de envolvimento com as comunidades do seu entorno, no qual os grupos sociais dessas comunidades deixem de ser apenas público visitante e passam a ter a oportunidade de atuar como agentes no processo de Musealização e nas ações de desenvolvimento de seus territórios.

Os ecomuseus se identificam como uma instituição museal facilitadora do processo de desenvolvimento social e econômico de comunidades locais, com capacidade e disposição para comunicar e trabalhar, em parceria com as mesmas, a valorização do seus recursos patrimônios (BARBUY, 1995). Desse modo, apresento como objeto de estudo o Ecomuseu da Amazônia em seu campo de atuação. O termo Ecomuseu da Amazônia representa uma auto denominação de seus criadores e está relacionado ao contexto da Amazônia paraense.

Para melhor compreensão do tema será estabelecido um recorte, limitando-se o estudo às ações do ecomuseu na Ilha de Cotijuba, região insular da grande Belém que está inserida entre as áreas de abrangência do polinucleado Ecomuseu da Amazônia.

Estou ciente que existem diversas representações de Museus, do Museu Tradicional ao Museu de Território, dentre outros, ai incluo os Ecomuseus. Como

tal, considero que seja importante pensar essa instituição museal a partir do contexto teórico/prático, para que sejam observados os contrapontos e as diferenças estabelecidas nesses contextos.

Segundo Martins, (2014), o Ecomuseu da Amazônia desenvolve trabalhos que têm por objetivo a promoção de iniciativas de valorização e preservação do patrimônio das comunidades presentes nas ilha de Caratateua, Distrito de Icoaraci, Cotijuba e Mosqueiro, com base em quatro eixos temáticos: Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Cidadania.

Assim sendo, esta pesquisa tem como objetivo geral possibilitar o entendimento sobre essa instituição museológica e de suas atividades na região da Ilha de Cotijuba. Em vista disso, e a partir dessa referência de museu, como objetivo específico, busca-se indagar sobre: a) a percepção dos moradores e visitantes de Cotijuba acerca das ações museais na região; b) as formas de participação dos mesmos nessas ações; e c) prováveis benefícios observados em suas práticas de vida.

Para realização desta pesquisa, utilizou-se como metodologia o levantamento e leituras bibliográficas referentes aos temas do estudo, e a pesquisa do tipo qualitativa, tendo por base Godoy(1995), segundo a qual, a pesquisa qualitativa oferece “possibilidades de estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas intrincadas relações sociais, estabelecidas em diversos ambientes” (GODOY, 1995,p. 21).

A pesquisa qualitativa envolveu a condução de entrevistas com um grupo representativo de moradores e visitantes da Ilha de Cotijuba, tendo-se como base o roteiro de perguntas contido no apêndice, assim como as anotações em diário de campo, quando das viagens à ilha de Cotijuba, ou das idas à sede síntese do Ecomuseu da Amazônia na Ilha de Caratateua (Outeiro). Algumas dessas visitas à essa sede do ecomuseu ocorreram durante idas da nossa turma de museologia em período anterior ao da elaboração desta pesquisa.

Para a realização das entrevistas contou-se com a participação voluntária e previamente autorizada de moradores da ilha, que representam determinados

grupos, a saber: moradores mais antigos, vendedores, representantes da comunidade, condutores do transporte interno e visitantes que se deslocam com frequência à Ilha de Cotijuba, que, por vivenciarem e compartilharem histórias e memórias desse lugar, são interlocutores importantes para se obter informações que apontem para as ações de uma instituição museal na região.

Ter o Ecomuseu da Amazônia como referência para esta pesquisa é resultante do fato de ser esse o único ecomuseu existente na Região Metropolitana da Grande Belém, assim como no estado do Pará¹ e por não haver nenhum trabalho de conclusão de curso, no âmbito do curso de Museologia da UFPA, sobre essa temática.

Considerando-se que a referida instituição se propõe, por meio da educação patrimonial e ambiental, à sensibilizar as comunidades presentes em seu âmbito de atuação, para que sejam protagonistas nas ações de valorização de suas referências patrimoniais, tendo como meta o seu desenvolvimento, com base no conceito de sustentabilidade (ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, 2017).

Este TCC está dividido em cinco seções que incluem: a introdução, três capítulos e as considerações finais. No primeiro capítulo intitulado: **DOS MUSEUS TRADICIONAIS AOS ECOMUSEUS** foi estabelecido um breve percurso histórico, com delineamento das questões relativas à instituição e aplicação dos conceitos de patrimônio e museus. Para aprofundar essas questões foram adotados como principal aporte teórico os referenciais contidos em Chagas(2002); Lima(2012); e nos documentos patrimoniais expostos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO); Junior Nascimento e Chagas em “Política Nacional de Museus. Minc.Brasil”(2007).

Os acontecimentos que levaram os teóricos da museologia a repensar a relação museu/sociedade de forma a torna-la mais democrática, trazendo inovação aos tradicionais conceitos e pressupostos museológicos que provocaram o surgimento de uma nova corrente, a Nova Museologia, que tornou possível a criação deste modelo de ecomuseu.

¹ Informação presencial obtida por intermédio da prof^a. Dr^a. Terezinha Martins, presidente da ABREMC, segundo a qual, na atualidade, existem cerca de 41 ecomuseus em todo o Brasil.

Em vista disso, com o intuito de se discutir esses pressupostos, o capítulo dois intitulado **ECOMUSEU UMA ABORDAGEM CONCEITUAL** que trata das tensões estabelecidas entre teoria e prática museológica. Para entendimento dessas questões foram utilizados os conceitos especificados por: Barbuy(1995); Brulon (2015); Chagas (2002);Varine(2012);Scheiner(2012); Soares e Scheiner (2009).

Em seguida, o terceiro capítulo, **ECOMUSEU DA AMAZÔNIA** tratará, de forma específica de apresentar os resultados da pesquisa de campo realizada na Ilha de Cotijuba, e do Ecomuseu da Amazônia, suas ações, eixo de atuação, desafios. Assim como será traçado um perfil da Ilha de Cotijuba, com base em Bastos (2017); Britto e Silveira(2014);Martins, Huffner e Oliverira (2014); Melo (2008); e Revista Musas (2016).

Tendo-se como suporte as entrevistas e observações obtidas em campo será elaborada uma análise seguida de discussão sobre o alcance das ações do Ecomuseu da Amazônia, na referida comunidade, a partir da fala de seus moradores e visitantes que se deslocam com frequência à ilha, observando-se seus anseios e necessidades, em relação aos conceitos de museu, patrimônio e dentre outros apresentados ao longo dos diálogos com os grupos sociais da Ilha.

Em decorrência desses dados obtidos foram elaboradas minhas **CONSIDERAÇÕES FINAIS**, que refletem observações pessoais a respeito dos resultados observados frente ao tema trabalhado.

1. DOS MUSEUS TRADICIONAIS AOS ECOMUSEUS

Neste capítulo será traçado um breve percurso histórico que relaciona o termo patrimônio e as representações de museus tradicionais em relação à sua origem, formação e atuação na Europa e no Brasil, pois entende-se que essas categorias de instituições museais são ferramentas importantes no processo de constituição histórico-social da instituição museu e suas funções de musealização, e que comunicam o viver em sociedade.

Porém, é possível de se observar, que de maneira geral, os espaços museais tendem a enfatizar as referências culturais de um determinado grupo social em detrimento de outros. Desse modo, neste capítulo, busca-se entender e demonstrar as possíveis causas que apontam para essa questão.

1.1. FALANDO DE PATRIMÔNIO E MUSEUS

Na correlação patrimônio e museus pode-se observar particularidades entre ambos, especialmente no que diz respeito à suas legitimidades e consolidações na era moderna contemporânea, que ocorreu no âmbito da Revolução Francesa. Um não exclui o outro e podem ser considerados campos complementares, pois trabalham a questão da representatividade.

A seguir será traçado um perfil histórico da utilização do termo ao longo dos tempos, quer represente um bem oriundo da natureza, ou criado pelo homem, ao qual se atribui um juízo de valor universal, sob a ótica de pertencimento a todos, assim como a “obrigação” de conservação, sob o pretexto de transmissão às gerações futuras (VARINE, 2012).

1.1.1. Patrimônio: origem, conceito, expansão e uso do termo

O termo patrimônio advém dos princípios legais de sucessão do Direito Romano na era republicana. Nesse cenário, estava relacionado à transmissão de bens e privilégios “sociais e religiosos” que expressavam o poder simbólico exercido pelo senhor romano Pater familias (Pai de família), considerado o guardião das tradições romanas. Esses bens ou privilégios eram repassadas como herança ao herdeiro da família (LIMA, 2012, p.33).

Com o advento da Revolução Francesa, na era moderna, os bens que antes pertenciam à nobreza e ao clero passaram a ser considerados como propriedade coletiva do povo francês, um patrimônio nacional sob a tutela do Estado, que passou a exercer a função de guarda e proteção desses bens (LIMA, 2012) .

Em decorrência das devastações resultantes de grandes conflitos bélicos, em especial das duas grandes guerras mundiais, e do processo de urbanização, surgiu a preocupação com a guarda e preservação do patrimônio cultural e material dos povos, num contexto mundial.

Desse modo foi estabelecido pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1972, na cidade de Paris, a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Sessão que definiu patrimônio natural e cultural, assim como estipulou os parâmetros para a sua preservação (UNESCO).

Nessa conjuntura foram estabelecidos como patrimônio cultural, os monumentos, os conjuntos, e os locais de interesse. Com relação, ao patrimônio natural tem-se como referência os monumentos naturais, as formações ecológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas.

Entretanto, os costumes, o conhecimento popular adquirido e identificado como saberes e fazeres pertencentes a determinados núcleos comunitários também vieram a integrar a categoria patrimônio, sendo reconhecidos como patrimônio imaterial.

Quanto ao conceito de patrimônio cultural imaterial, este foi adotado em setembro de 2003, em Paris, na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, que o estabeleceu como sendo as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a salvaguarda de um bem cultural de natureza imaterial é uma ferramenta necessária para apoiar “sua continuidade de modo sustentável, e atuar para melhoria das condições sociais e materiais de transmissão e reprodução que possibilitem sua existência”².

De acordo com Desvallés e Mairesse patrimônio pode ser entendido como o:

Conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de lugar, que sejam simplesmente herdados dos ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes das gerações futuras (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013,p.74).

Para Varine (2012) o termo patrimônio pode ser usado como recurso de desenvolvimento ou consumo cultural, neste caso, pode se restringir à promoção e satisfação de um grupo. Segundo o autor, o patrimônio enquanto recurso “deve servir concretamente a todos e ao conjunto das dimensões do desenvolvimento” (VARINE, 2012, p. 83).

Para Tamaso (2005) a categoria patrimônio proporcionou benefícios e desenvolvimento a determinados grupos sociais, e prejuízos a outros. Quando entra em jogo a valoração atribuído a um bem, surge uma hierarquização, segundo a autora:

A pluralidade de valores e significados, somados ao não reconhecimento dos valores locais, é uma questão que nos remete aos debates da relação e da complementariedade dos valores materiais e imateriais de todas as coisas, recorrentemente obnubilados pelas (e nas) políticas públicas de preservação (TAMASO, 2005, p. 15).

Relacionando a reflexão teórica sobre a relação patrimônio e museu, tendo como mote reflexivo o meu objeto de estudo o Ecomuseu da Amazônia, destaco a citação de Izabela Tamaso (2005,p. 13-36) quando refere-se a expansão do termo patrimônio, e seus valores de complementaridades, patrimônio cultural material e sua interface ao patrimônio cultural imaterial, e em especial a ampliação da atribuição de valores, ou seja, a participação da comunidade local, afetada pelo campo patrimonial, em relação a preservação e sua participação nesta definição e na constituição de políticas públicas. Neste sentido, também destaco Hugues de

²IPHAN.**Plano de Salvaguarda**.Disponível em:< <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/684/>>. Acesso em: 02 dez.2018.

Varine (2012) ao reporta-se aos usos do patrimônio a serviço do desenvolvimento local.

1.1.2. Os museus tradicionais, sua formação e atuação

De acordo com a Lei de nº 11.904, de 2009, do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), referente ao Estatuto de Museus, os museus são instituições que:

conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural tradicionais foram criados para preservação e conservação patrimonial, abertas ao público, a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento (BRASIL, 2007)³.

Com base nessa normatização exposta neste Estatuto de Museus, os autores José Nascimento Junior e Mário Chagas especificam no livro acerca da Política Nacional de Museus (2007), sedimentada ao longo de 2003 até a recente proposta em debate da medida provisória de extinção do IBRAM e a criação da Agência Brasileira de Museus (ABRAM)⁴. Na frase final do documento destaca-se o seguinte termo “a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento”, busca-se entender de que forma o museu pode se tornar um espaço democrático e acessível a todos.

Segundo Chagas e Storino (2012):

A democratização e o acesso aos códigos culturais, bem como a produção de códigos culturais de ampla circulação para além da territorialidade restrita de determinados grupos sociais constituem um desafio extraordinário para a acessibilidade museal (CHAGAS; STORINO, 2012, p. IX).

As instituições responsáveis pelo processo de preservação e disseminação do patrimônio cultural, como as bibliotecas, arquivos, galerias de arte, centros culturais e museus, têm suas ações pautadas pelas leituras que fazem da realidade e que geram determinados tipos de discursos (CHAGAS, 2002).

Discursos estes que podem compor :

som e silêncio, cheio e vazio, presença, ausência, lembrança e esquecimento, implica a operação não apenas com o enunciado da fala e

³BRASIL. Estatuto de Museus. Disponível em: >http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11904.htm<. Acesso em : 08 dez.2018.

⁴Medida Provisória em análise no Senado Federal, reporto-me a nota técnica disponível em:<<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2018/09/Nota-T%C3%A9cnica-MP-850.pdf>>. Consulta em: 2 dez.2018.

suas lacunas, mas também a compreensão daquilo que faz falar, de quem fala e do lugar de onde se fala (CHAGAS, 2002, p. 44).

Por conseguinte, a conformação dos museus tradicionais pode ser entendida quando de sua criação, a partir do discurso de quem fala e de sua origem. Segundo Chagas e Storino (2012) determinados grupos socialmente privilegiados e que detêm o poder político, são os criadores de museus, assim como os responsáveis pela escolha dos bens culturais por eles musealizados, e que neste caso, os que têm o poder de fala.

Dessa forma é possível perceber porque, ao longo de sua história, tradicionalmente os museus têm apresentado uma tendência à valorização patrimonial de determinadas classes dominantes. Essa realidade pode ser entendida a partir do histórico que especifica a origem e formação dessas instituições.

Para Lima (2012) quando se aborda a história dos museus, geralmente, é feita uma associação com o templo das musas, na Grécia Antiga, como espaço de guarda das oferendas dedicadas aos deuses do Olimpo e que passaram a referenciar o que se conhece hoje como coleções. Quanto à museu como local de conhecimento, tem-se como marco referencial o complexo cultural, Museion, existente em Alexandria no antigo Egito, passando pelo advento do colecionismo⁵.

O modelo institucional que se tem hoje de guarda e preservação dos bens culturais, foi solidificado no contexto da Revolução Francesa como símbolo de unidade nacional (LIMA, 2012). Para Chagas (2002) nesse cenário de revolução, a criação de museus representou o delineamento de estratégias museológicas configuradas como um mecanismo de afirmação da burguesia no posto de comando do Estado francês.

Com base em Soares e Scheiner(2009) também percebe-se um panorama bem parecido, onde é possível destacar três momentos na formação dos museus: o colecionismo, a partir da construção dos gabinetes de curiosidades⁶; no século XIX,

⁵O colecionismo é um termo que especifica a ação de colecionadores no tocante à aquisição de objetos, adquiridos através de “espólios de batalha, pilhagens, presentes recebidos pela nobreza, encomendas feitas a artífices e artistas para adornos arquitetônicos ou decoração de interiores” (LIMA, 2012, p. 39) aos quais era atribuído um valor simbólico.

⁶Durante os Séc. XV e XVII, os chamados Gabinetes de Curiosidades exemplificavam o colecionismo de testemunhos e de objetos variados, exóticos e raros, pertencentes à cultura de diferentes

partindo da Europa, quando da construção de identidades nacionais; e a efetivação dos “novos museus” e museus comunitários na segunda metade do século XX.

Todavia, percebe-se que ao longo dos tempos o conceito de Museu tem acompanhado a ideia de abrangência do contexto social. Para Scheiner(2012) na atualidade os teóricos do campo da Museologia conceituam Museu como:

Um fenômeno identificável por meio de uma relação muito especial entre o humano, o espaço, o tempo e a memória, relação esta a que denominaremos ‘musealidade’. A musealidade é um valor atribuído a certas ‘dobras’ do Real, a partir da percepção dos diferentes grupos humanos sobre a relação que estabelecem com o espaço, o tempo e a memória, em sintonia com os pensamentos e os valores de suas próprias culturas. E, portanto, a concepção (e o conceito) de musealidade poderá mudar no tempo e no espaço, de acordo com os sistemas de pensamentos das diferentes sociedades em seu processo evolutivo. Assim, o que cada sociedade percebe e define como ‘Museu’ poderá mudar no tempo e no espaço (SCHEINER,2012, p.18).

Neste sentido, destaco o significado da musealidade, como uma atribuição de valor e a importância das “falas” ou discursos e seus significados na constituição das diferentes e plurais atribuições de valor ao patrimônio. Assim como, as representações de museus ao longo da história mudam e se expandem, surgindo várias categorias de museus, além do Museu Tradicional e que convivem mutuamente no cotidiano destas instituições e de maneiras diferenciadas em relação ao trato com a coleção ou com o patrimônio e seus diferentes públicos, que se expandem na dimensão da comunidade.

1.1.3. Museus no Brasil

Assim como em outras partes do mundo, os museus brasileiros foram instituídos a partir do modelo europeu, que “exportava” para os “países periféricos” as referências da cultura europeia, de modo que os povos desses países viessem a entender a sua própria cultura sob a ótica do colonizador (CHAGAS, 2002).

As primeiras experiências museais no Brasil datam do período colonial, nos séculos XVII, em Pernambuco, no contexto da dominação holandesa, e XVIII, no Rio de Janeiro, onde existiu um museu de história natural que funcionou até o início do século XIX (BRASIL, 2007, p.10-38).

sociedades que se encontravam fora do contexto vivido na Europa, aos quais eram agregados valores específicos, pela elite europeia que estava se formando (RAFFAINE, 1993).

Com a mudança da Família Real para o Brasil no século XIX, os museus passaram a fazer parte da “vida social e cultural brasileira”, se estabelecendo em definitivo na segunda metade do século XIX. Antes das universidades, os museus já exerciam “as funções de pesquisa, preservação, comunicação patrimonial, formação e capacitação profissional”. (BRASIL, 2007, p.13-14).

Nesse contexto, os autores Junior Nascimento e Chagas destacam como marcos importantes na formação do pensamento museal no Brasil, a instituição do Museu do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Museu do Exército, Sociedade Filomática - que deu origem ao Museu Paraense e, posteriormente, ao Museu Paraense Emílio Goeldi - o Museu da Marinha, o Museu Paranaense e o Museu Paulista (BRASIL, 2007,p.10-38).

A criação do Museu Histórico Nacional em 1922, no Rio de Janeiro, merece destaque, pois marca a institucionalização do campo museal no Brasil, e proporcionou a concepção do curso de museus em 1932. O curso foi responsável pelo estabelecimento da museologia e dos estudos de museus no Brasil (BRASIL, 2007, p.10-38).

Assim como da criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais, em 1934, primeira instituição federal de “proteção ao patrimônio monumental brasileiro”, que precedeu a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) em 1936, (BRASIL, 2007, p. 15), atualmente, IPHAN.

A partir dessas informações, pode-se dizer que os museus no Brasil priorizam acervos “vinculados a um determinado discurso” (CHAGAS, 2002, p. 56), discurso este, entendido como fruto da “rede de memória” que os ligam à Europa.

A prática museológica de engrandecimento à valores culturais de classes dominantes, com bases firmadas a partir dos modelos europeus também pode ser observada nos museus existentes no Brasil, assim como no estado do Pará.

Quando em visita aos museus da Região Metropolitana de Belém, capital do estado, pode-se observar que nessa relação cultura/patrimônio, essas instituições, no seu processo de musealização, de maneira geral, referenciam e priorizam a escolha de acervos patrimoniais de grupos historicamente reconhecidos como

detentores do poder, negligenciando outras possíveis relações identitárias nessa relação indivíduo - sociedade belenense - museu.

Todavia, faço aqui um adendo em relação ao Memorial Amazônico da Navegação no Mangal das Garças, em Belém. Este museu que conta a história do transporte fluvial na região amazônica abriga em seu acervo uma exposição permanente de peças doadas pela Marinha do Brasil, assim como canoas e barcos produzidas pelos ribeirinhos da Região Nordeste do Pará. Nesse processo de musealização houve a valorização do transporte fluvial artesanal, considerando-se a sua importância para as comunidades que vivem as margens dos rios e fazem destes a suas ruas⁷.

Entendendo-se a musealização como um processo essencial à prática museal, esta, se dá por meio das seguintes etapas a saber: seleção, aquisição, documentação, pesquisa, conservação e comunicação.

O processo de musealização consiste na eleição de um determinado bem, quer seja de natureza material ou imaterial, nesse sistema, este bem é retirado do seu contexto original ou mesmo podendo ser *in situ* (como os parques e sítios arqueológicos, dentre outros), passando por uma mudança quanto a seu uso e função. Nesse sentido, esse bem adquire uma nova valoração, passando a representar o testemunho de uma determinada realidade, ou seja, se torna um objeto de museu (DESVALLÉS; MAIRESSE, 2013).

1.2.A MUSEOLOGIA E OS NOVOS CONCEITOS

Em Scheiner, (2012) encontra-se que os teóricos da Museologia ao longo dos tempos vêm trabalhando no sentido de fortalecer a relação dos estudos teórico da Museologia em interface com patrimônio, considerando as representações da instituição museu e seus vieses entre sociedade e os processos de musealização e musealidade. Como exposto abaixo:

Os estudos teóricos evoluíram para a investigação dos cruzamentos entre a Museologia e as novas tecnologias; para a análise das interfaces com o patrimônio, em todas as suas representações; e para a investigação do termo museu (SCHEINER, 2012, p. 18).

⁷Memorial no Mangal das Garças conta a história da navegação. Disponível em:>www.mangaldasgarças.com.br/pagina/noticiadetalhe/ID/479< .Acesso em 15 nov. 2018.

Para Araújo (2012) embora o entendimento da Museologia como ciência seja recente, como prática de conhecimento a sua história é milenar. Ao citar Mairesse e Desvallés, o autor enumera cinco marcos históricos dos conhecimentos produzidos no âmbito da Museologia como ciência: “a obra de Quicchberg (publicada em 1556), a aparição do termo “museologia” no século XIX, o nascimento do [Conselho Internacional de Museus](ICOM), o surgimento da “Nova Museologia” e, por fim, o fenômeno do museu virtual com a internet”(ARAÚJO, 2012,p.31).

Definir as particularidades da Museologia contemporânea e encontrar novos mecanismos para tornar mais dinâmica a relação museu/sociedade têm despertado uma maior atenção por parte dos teóricos da Museologia.

Assim sendo, o campo da Museologia tem procurado minimizar as possíveis distâncias entre público e museus, por meio de um mecanismo museológico mais inclusivo (BRULON, 2015).

A partir dos anos de 1960, procurando atender as inquietações de um mundo moderno em constante mudança, pôde-se observar o surgimento de novos conceitos museológicos, que passaram a apontar para uma prática museológica coletiva e participativa, visando o fortalecimento de identidades culturais regionais (BRULON, 2015).

Na década de 1970 em virtude desse quadro de insatisfação e das inquietações que se espalhavam pelo mundo, os movimentos sociais se posicionavam como forma de resistência frente à um mundo autoritário, em prol de democracia e inclusão social (SILVEIRA, 2000).

Nesse contexto, no âmbito dos museus, a UNESCO com a organização do Conselho Internacional de Museus (ICOM) se voltou à elaboração de documentos, que apontavam novos caminhos para a prática museológica, visando repensar o papel dos museus na América Latina, de modo que os mesmos viessem a desempenhar plenamente sua função social. A partir de então, pensar outros caminhos para prática museológica foi o pensamento de alguns teóricos da museologia.

Nesse sentido foram concebidos grupos de trabalho em diferentes lugares, que se propuseram a elaborar esses documentos. Entre os quais pode-se citar: A Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972) Declaração de Quebec⁸, Canadá(1984); e a Declaração de Caracas (1992) (CORDOVII, 1993).

A realização da Mesa Redonda de Santiago do Chile ficou conhecida como a mais importante contribuição da América Latina “para o pensamento museológico internacional (REVISTA SOCIOMUSEOLOGIA, 2003, p. 20). Nesse contexto foi debatido o papel social do museu na contemporaneidade. Este passou a ser considerado como peça importante no processo de “desenvolvimento dos povos” e não apenas identificado como lugar de guarda de coleções (CORDOVIL, 1993, p. 23).

Desse modo, com a criação do conceito de Museu Integral houve ampliação do conceito de museu, este passou a ser entendido como um mecanismo de desenvolvimento social, “exercendo um papel decisivo na educação da comunidade”, de modo que esta, tenha uma visão mais abrangente do seu meio ‘material e cultural’. (PRIMO, 1999, p. 10/11). Mesmo após mais de 40 anos de sua realização no Chile, essa Mesa tem sido significativa para a dimensão da instituição museu como integrado a comunidade⁹.

A Declaração de Quebec (1984) firmou os princípios que serviriam como base para a criação de uma nova corrente de teoria museológica, a Nova Museologia, que foi estabelecida na década de 1980 (MOUTINHO, 1995). Essa corrente teórica que se estabeleceu a partir da organização do Movimento internacional para uma nova Museologia (MINOM) reafirmou o caráter interdisciplinar da museologia como ciência, assim como promoveu um posicionamento crítico frente aos pressupostos museológicos ditos tradicionais, até então apresentados.

E também, segundo Tanus (2014) trouxe a proposta de expansão das funções e atribuições dos museus para além das práticas tradicionais de

⁹O Programa Ibermuseus realizou uma vasta atividade para comemorar 40º aniversário de realização da Mesa, comemorado em 2012, tendo sido organizado duas publicações com os documentos originais. Estando disponível em: <<http://www.ibermuseus.org/es/home/eventos/decada-do-patrimonio-museologico-aco-es-atividades/>>. Consulta em: 2 dez.2018.

identificação, conservação, educação e comunicação, buscando desenvolver ações ligadas ao meio humano e físico.

De modo a permitir uma melhor “investigação e interpretação” das “questões sociais, culturais, e econômicas [...] no contexto museológico”, possibilitando uma ampliação de suas atribuições visando especialmente a promoção do desenvolvimento dos núcleos comunitários. (PRIMO, 1999, p. 13).

Frente aos problemas de ordem social, política, econômica e ambiental observados na América Latina, a Declaração de Caracas apresentou recomendações que possibilitassem aos museus a “reformulação das políticas de formação de coleções, de conservação, de investigação, de educação e de comunicação, em função de se estabelecer uma significativa relação com a comunidade”, (PRIMO, 1999, p. 15), buscando atender os seus interesses, tendo como objetivo principal a promoção do desenvolvimento individual e coletivo das pessoas inseridas nesse contexto social.

Nesse sentido, o campo da Museologia vem desenvolvendo propostas museais voltadas para as questões de ordem social, do trabalho interdisciplinar com base em uma gestão moderna. Além de apresentar inovação nas concepções de museus, a saber: museus integrais, museu a céu aberto, ecomuseus, museus de cidade, museus de sítios, museus de vizinhança, museus de comunidades ou museus de território (TANUS, 2014).

A partir da década de 1980, a chamada nova museologia foi adquirindo outras nomenclaturas: “museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia de ruptura, museologia crítica, museologia dialógica entre outros” (Chagas *et al*, 2018, p. 83).

De modo que abriu caminhos para mudanças nas ações museológicas, da preservação de objetos à promoção social. A construção desses tipos de museus, pode oportunizar o atendimento à diferentes demandas da sociedade, buscando novas maneiras de apreender, trabalhar e comunicar, de maneira mais abrangente, as diferentes categorias de patrimônio presentes na sociedade (DESVALLÉES; MAIRESSE, 2013).

Todavia Chagas *et al* (2018) assinalam que mesmo antes dessas novas propostas de teorias museológicas e museus, pôde-se observar a ocorrência de experiências inovadoras e singulares no campo da Museologia e dos museus, tanto no cenário internacional como nacional. No Brasil citam como referências: o Museu de Imagens do Inconsciente, o Museu do Índio e o Museu de Arte Negra.

O Museu de Imagens do Inconsciente foi criado em 1952, no Rio de Janeiro dentro do Centro Psiquiátrico Nacional Pedro II, por Nise da Silveira, psiquiatra que se negava “as práticas de eletrochoque, insulino-terapia e lobotomia”, junto a seus pacientes, por isso foi remanejada para o trabalho de terapia ocupacional, função desprezada pelos médicos, “e foi desse lugar de desprezo que nasceu um museu que passou a representar a potência de vida poética dos loucos...do hospital Psiquiátrico”¹⁰(p.78)

É importante salientar que esse museu se instalou “num prédio construído pra ser um hospital” e tinha como visitantes os “eventuais familiares dos hóspedes, a comunidade hospitalar e seus apoiadores, estudantes, professores, artistas, críticos de arte e intelectuais de diferentes matizes ideológicas,”¹¹(p. 78) enquanto que seu acervo estava em permanente construção (constituído pelas produções artísticas dos próprios pacientes).

O Museu do Índio, foi criado em 1953, a partir da atuação de Darcy Ribeiro, embora não seja o único nesse segmento, foi o primeiro a “abraçar a luta contra o preconceito em relação aos povos indígenas”, por meio da elaboração de um discurso museológico que os apresentava como povos contemporâneos¹²(p.78).

“O Museu de Arte Negra vinculado à atuação intelectual política e militante de ¹³Abdias do Nascimento”, foi um projeto criado em 1955, após a realização de um concurso de artes plásticas que trazia por tema o Cristo Negro. A vencedora foi

¹⁰ Idem

¹¹ Idem

¹² Idem

¹³ “Abdias Nascimento, foi poeta, ator, dramaturgo, artista plástico, político e ativista dos direitos humanos das populações negras. Fundou o teatro experimental do Negro (TEN), o Museu de Arte Negra (MAN) e o Instituto de Pesquisa e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO)” (CHAGAS ET AL, 2018. Nota de rodapé, p. 78)

Djanira com a obra “ negro do pelourinho”, a sua primeira exposição pública ocorreu em 1968 , no Museu da Imagem e do Som¹⁴(p.79)

Todavia, é inegável a compreensão de que, quando se fala em mudança em ações museológicas para melhor atender às demandas da sociedade, isso pode sinalizar o reconhecimento da existência de lacunas no campo museal. Porém os debates no campo da Museologia continuam no sentido de promover cada vez mais o acesso aos códigos culturais, à valorização do viver em sociedade e a promoção da dignidade da vida humana.

E de acordo com Gabriele Martins¹⁵, (Figura 06) 22 anos, estudante, uma das entrevistadas na pesquisa de campo na Ilha de Cotijuba, os museus estão para além de lugares entre muros ou fechados em suas coleções

Assim, a gente tem muito aquela, aquela visão do museu ser, a questão do museu tradicional, do museu entre paredes, fechado ali. Pra mim o museu é o local, independente de, entre paredes ou fora, em que tu possa ter essa troca de conhecimento né, duma cultura ou, de qualquer coisa que você possui, que você tenha conhecimento e possa trocar com as pessoas. Porque a cultura mesmo ela é diferente pra todo mundo, todo mundo tem os seus hábitos, então eu acho que isso é o legal do museu, dele conseguir conversar com as pessoas e poder transmitir aquilo que ele tem e também conseguir é, adquirir informações nessa troca que também a gente percebe pela mediação, então o museu é isso, não, não tendo também essas questões de conservação do objeto, que eu acho que o museu vai além disso, então, falando dessas questões dos ecomuseus também né (MARTINS, 2018)

Da fala de Gabriele depreende-se que os museus devem ser canais de interação e fontes de conhecimento, que possibilitem o acesso democrático à esse conhecimento, e facilitem a troca de informações e o diálogo entre as pessoas, pois a criação dos museus só se justifica por meio da existência das pessoas.

¹⁴ Idem

¹⁵ Gabriele Martins é estudante do curso de Museologia, e frequenta a ilha desde 2009, onde tem parentes de consideração

2. ECOMUSEUS: UMA ABORDAGEM CONCEITUAL

A concepção da idéia de ecomuseu foi diretamente influenciada pela Carta de Santiago do Chile, porém, a sua origem provém dos modelos de “museus a céu aberto, museus-ateliers e parques naturais musealizados” (SCHEINER, 2012, p. 24).

O termo ecomuseu surgiu das junções das palavras ecologia e museu, a partir da idealização de Hugues De Varine-Bohan , que pretendia estabelecer uma ligação entre museu e meio ambiente. Historicamente esse conceito de museu foi implementado na década de 1970 na França, mais precisamente em 1971.(BRULON, 2015).

Porém, vale salientar que as demandas necessárias à implantação de um ecomuseu devem obedecer as necessidades dos membros das comunidades inseridas em seu âmbito de atuação, observando-se que cada contexto territorial apresenta demandas e necessidades diferentes (MARTINS, 2016, p. 245).

E, sabendo-se que são essas pessoas, membros das comunidades, que vivenciam os costumes do lugar, são estes, que devem participar, efetivamente, de todo o processo de criação dessa modalidade de museu, já que conhecem as suas demandas comunitárias. (BARBUY, 1995).

Desse modo, a implantação de um ecomuseu deve estar em conformidade com essas demandas. Assim sendo, cada ecomuseu apresenta conjunturas diferentes, como reporta-se Maria Terezinha Martins em entrevista concedida para a Revista Musas (2016): “cada um tem uma forma, não existe um modelo. Cada ecomuseu tem uma realidade diferente, cada um tem as suas especificidades, suas particularidades (MARTINS, 2016, p. 245).

O primeiro modelo de ecomuseu a ser instaurado foi instituído por Marcel Evrard a partir da criação do Ecomusée du Creusot(BRULON, 2015),“na comunidade urbana do Creusot-Montceau-Les-Mines” um complexo industrial ligado ao império da família Schneiner que conheceu o auge no período da Revolução Industrial no séc. XIX, e que na década de 1960 se encontrava em total abandono e degradação (SOARES, SCHEINER, 2009, p. 2474).

Esse museu que ficou conhecida como “O Museu do Homem e da Indústria”, surgiu com a proposta de “despertar” na população de Creusot o reconhecimento de sua história, e a reapropriação de seus bens patrimoniais sob uma nova ótica valorativa, visando o envolvimento da coletividade nesse processo. (BRULON, 2015).

Assim sendo, a ideia central desse museu residia essencialmente na participação da comunidade. Nesse contexto não existiam “visitantes, e sim habitantes” [...] num cenário em que “toda a comunidade constituía um museu vivo” (SOARES; SCHEINER, 2009, p. 2475).

Ainda segundo Brulon, (2015), encontramos que os ecomuseus, tendo como modelo o caso de Creusot, se caracterizam

Por envolverem um tipo de imersão das pessoas em sua própria cultura e um contato íntimo com a memória, [...] romperam com a lógica do olhar do Outro sobre o patrimônio ali apresentado. Tendo como berço a França pós-colonial, em sua origem o ecomuseu representou a utopia da democratização da memória (BRULON, 2015, p.267).

Ou seja, é possível depreender do texto que nesse contexto de museu, a questão da memória existe, todavia não significa dizer que seja partilhada igualmente por todos ou pela maioria de maneira igual. Considerando-se que a história de Creusot estava intimamente ligada a história e expansão da empresa industrial da família Schneider, neste caso, entende-se que nem todos os moradores compartilhavam valores e memórias de maneira igualitária.

Pois teoricamente, de acordo com Barbuy (1995), a função social dos ecomuseus é abranger ao universo sócio-cultural das comunidades inseridas em sua área de atuação. Mesmo sem a pretensão de entrar nessa discussão acerca do papel social dos museus, acredito que os museus exercem essa função independente da forma ou modelo. Entretanto, por uma questão de logística, entende-se que nem sempre essa propositiva de abrangência total pode ser desenvolvida

Portanto essa atribuição de abrangência territorial dispensada aos ecomuseus não implica necessariamente em uma atuação integral junto a todos, ou seja, nem todas as pessoas podem ser contempladas nesse processo.

Assim sendo, devem ser elaborados projetos metodológicos que observem as memórias do lugar que sejam compartilhadas por um maior número possível de pessoas, com possibilidades de alcance à esse complexo territorial, de modo que os indivíduos que vivem nesses locais tenham a oportunidade de participar da eleição patrimonial e ser integralizados de alguma forma à essa demanda museal.

Pois segundo De Varine, (2012), são os moradores do lugar, por ele denominados “atores locais”, que devem eleger e gerir o seu próprio patrimônio, ao considerar que este deve ser representativo da vivência e dos ritmos de vida nas comunidades, se constituindo em cultura viva.

Em vista disso os ecomuseus apresentam uma proposta de trabalhar a ampliação do conceito de patrimônio. Nessa conjuntura museológica há uma expansão da noção de acervo patrimonial, nesse caso, segundo Barbuy (1995), tudo que esteja inserido no domínio territorial de um ecomuseu passa a compor um grande acervo patrimonial com possibilidades de passar pelo processo de musealização. Todavia o foco de atenção deixa de ser a composição e conservação de acervos de coleções e se concentra no desenvolvimento das pessoas.

Entretanto, Barbuy (1995) ressalta que os criadores da proposta dos ecomuseus não rejeitam a idéia de tratar o objeto como portador de memória:

Que esses objetos sejam recolhidos ou não para dentro de um museu, isto depende de cada contexto cultural de cada projeto museológico mas em nenhum momento propôs-se que os objetos deixassem de ser inventariados (BARBUY, 1995, p. 211).

Dessa forma, o processo de musealização não é descartado. Entretanto essa proposta de musealização integral de todos os elementos contidos em determinado contexto territorial pode se constituir em algo muito problemático de ser executado tendo em vista a proposta de sua execução, considerando-se que esse objeto não perde o seu valor de uso inicial.

Em citação a Varine, Barbuy (1995) reafirma que nesse sistema há uma inclinação para que o objeto musealizado permaneça no seu lugar de origem, junto a seu proprietário, não perdendo a sua utilidade enquanto estiver revestido de um valor, quer seja funcional ou emocional.

E a partir do momento que esse objeto deixar de ter essa valoração de uso em relação ao seu proprietário, poderá adquirir outros valores, na medida que apresente vital relevância para a comunidade, ou seja, na proporção em que este venha a se tornar um testemunho necessário à história da comunidade. Doravante, esse objeto poderá ser retirado do seu lugar habitual e se transformar em objeto de museu.

Todavia, esse processo de musealização não está estritamente ligado à materialidade, que requer um procedimento de conservação referente a tomada de medidas preventivas singulares, o que segundo Brooks (1994), tem como fim específico a manutenção de sua “integridade física e visual” (BROOKS, 1994, p. 236). Em vista disso, a remoção ou acréscimo de material a esse objeto deve ser a menor possível.

No entanto o processo de musealização no âmbito dos ecomuseus está mais ligada à preservação da memória, do afeto, ao invés de focar na materialidade do saber, esta mais relacionada a preservação do saber fazer, entendendo-se que a matéria algum dia vai “acabar”. Essa frase me faz lembrar as aulas de conservação preventiva da professora Sue Costa¹⁶ quando frisava, “toda matéria tende a voltar a sua forma original”. Todavia, acredita-se que, independente da modalidade de museu, no processo de preservação de qualquer bem, não se pode descartar as referências de sua composição imaterial.

Sabendo-se que uma das principais prerrogativas de um ecomuseu envolve o trabalho com as pessoas do lugar, de modo que estas tenham possibilidades de alcançar o desenvolvimento quer seja cultural, econômico e social, segundo Varine o desenvolvimento local pode ser entendido como:

Um processo pelo qual um território detecta e utiliza todos os recursos disponíveis (naturais, humanos, culturais), por meio da mobilização das forças ativas da comunidade: oficiais eleitos e funcionários públicos, mão de obra, atores econômicos, grupos vocacionais etc... Esse processo implica planejamento técnico, insumos de fontes externas e recursos, integração em sistemas e economias regionais, nacionais e mesmo internacionais, mais precisa ser controlado localmente (VARINE, 2014,p.

¹⁶ Sue Costa é coordenadora e docente do curso de Museologia da Universidade Federal do Pará.

De acordo com Varine nesse processo de desenvolvimento local devem ser utilizados todos os meios possíveis e necessários à sua obtenção.

A tarefa de promover esse desenvolvimento de forma sustentável, tem como base a preservação dos recursos naturais. Segundo Diegues (1992) o conceito de desenvolvimento sustentável foi documentado como uma estratégia mundial para a conservação ambiental, considerando-se o consumo acelerado dos recursos naturais, resultante do processo de mudança econômica e social. Essa proposta visa a manutenção do sistema ecológico e a preservação das diversidades genéticas e biológicas.

Todavia, entende-se que aliar produção industrial que utiliza recursos naturais em larga escala, à manutenção desses mesmos recursos não deve ser uma tarefa fácil. Nesse movimento em defesa da vida e a favor da diversidade em todas as suas dimensões, Decarolis (2000) destaca que as comunidades humanas produtoras e protetoras do meio ambiente, conhecidas como comunidades tradicionais, passaram a ser vistas como essenciais à esse processo de modo que se mantenham vivas e atuantes.

Desse modo, essas comunidades tradicionais, passaram a ser vistas como aliadas nesse processo de preservação, pois ao longo de sua existência têm usufruído dos recursos naturais, para sua sobrevivência, sem devastar a natureza, fazendo uso da mesma de modo sustentável, por entender a importância desta para a sua sobrevivência tanto no presente, quanto às gerações futuras.

2.1. ECOMUSEUS NO BRASIL

Segundo Terezinha Martins,¹⁷ atualmente existem em torno de 41 ecomuseus no Brasil. No estado do Pará, a Associação Brasileira de Museus Comunitários (ABREMC) reconhece o Ecomuseu da Amazônia como uma instituição deste modelo de museu.

O primeiro modelo de ecomuseu a ser implantado no Brasil ocorreu em 1987 no Oeste do Paraná, quando foi inaugurado o primeiro museu da América do Sul voltado para atender à questões ligadas ao meio ambiente, o Ecomuseu de Itaipu.

¹⁷ Terezinha Martins atual presidente da ABREMC, (informação pessoal)

No Entanto, esse museu não foi criado pela comunidade local ou para atender as suas necessidades, e sim, para integrar a comunidade à usina hidrelétrica de Itaipú¹⁸. Ou seja, esse museu foi criado para a comunidade, entretanto, a sua função é atender as necessidades da empresa.

Ainda segundo informações contidas nessa página que referencia a comemoração pelos trinta anos do museu, encontramos que este trabalha com elementos representativos da “arqueologia, fauna, flora, hidrologia e história da região que deu lugar ao reservatório da usina”. Não obstante a sua função seja comunicar as ações da usina relacionadas ao meio ambiente, esse museu foi uma experiência pioneira ao relacionar a gestão museológica frente à preocupação com a questão ambiental.

A partir de então novas experiências museais que se “traduzem em ecomuseus urbanos, museus comunitários, museus de territórios, entre outros” têm se consolidado em diversos lugares do Brasil.

Quer sejam voltadas à questão ambiental ou trilhando outros caminhos, essas recentes instituições museais traduzem sempre demandas voltadas à “participação dos cidadãos, do desenvolvimento local, da educação, da cidadania, entre outras” (PRIOSTI; MATOS, 2007, p.73).;

2.1.1. Experiências significativas de ecomuseus no Brasil

Com base em entrevista proferida por Terezinha Martins, presidente da ABREMC, à Revista Musas 2016, e em Priosti e Mattos(2007), têm-se como destaques de ecomuseus no Brasil as seguintes instituições: Ecomuseu de Santa Cruz, no Rio de Janeiro; Ecomuseu de Maranguape no Ceará, Ecomuseu de Ouro Preto em Minas Gerais, Ecomuseu do Cerrado Laís Aderne, em Goiás, o Museu Treze de Maio em Santa Maria no Rio Grande do Sul e o Ecomuseu da Amazônia em Belém no Pará, entre outros.

Todavia cada projeto de criação de ecomuseu deve obedecer a dinâmica de cada lugar. E considerando-se o Brasil, um país de dimensões continentais, é

¹⁸Ecomuseu completa 30 anos de Integração entre Homem, história e Natureza. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/noticia/ecomuseu-completa-30-anos-de-integracao-entre-homem-historia-e-natureza>. Acesso em 13/10/2018.

provável que existam muitas diferenças em contexto regionais no tocante à diversos recursos que viabilizam a ocorrência de necessidades e demandas comunitárias diferenciadas.

No entanto, essas necessidades comunitárias devem ser sempre o viés que irá nortear o suporte de formação de um ecomuseu. Desse modo, as suas ações devem sempre estar centradas no trabalho com as comunidades do seu entorno, visando-se sempre o desenvolvimento das pessoas que estejam inseridas nesse contexto.

Nesse caso, a demanda de criação de um ecomuseu deve sempre perpassar pelas necessidades dos membros da comunidade. Assim sendo, estes devem também compor o quadro de gestores, deve existir uma gestão compartilhada entre o corpo técnico do ecomuseu e representantes da comunidade. Sabendo-se que essas ações devem estar alicerçadas ao princípio da sustentabilidade.

3. O ECOMUSEU DA AMAZÔNIA

Este capítulo traça um perfil do Ecomuseu da Amazônia, quando de sua formação, suas ações, eixos de atuação e desafios, especificando os diálogos das entrevistas realizadas entre representantes de grupos de moradores e visitantes da Ilha de Cotijuba, uma das áreas de atuação desse Ecomuseu, buscando-se relacionar suas relações com a referida instituição.

Pois o Ecomuseu da Amazônia se apresenta como uma instituição museal que se dispõe a trabalhar, em parceria com as comunidades presentes em seu campo de atuação, a valorização de suas referências patrimoniais e culturais.

Figura 1. Imagem da sede síntese do Ecomuseu da Amazônia



Fonte: Vilamar (2017)

A Figura 1 revela momento de visitação às dependências da sede síntese do Ecomuseu da Amazônia na Ilha de Caratateua.

De acordo com o seu Programa de capacitação para 2017, o Ecomuseu da Amazônia se declara disposto à sensibilizar as comunidades presentes nas áreas onde atua, de modo que os moradores desses locais sejam participantes ativos nos processos de valorização de seus patrimônios, tendo como meta o desenvolvimento

dessas pessoas, com base no conceito de sustentabilidade (ECOMUSEU DA AMAZÔNIA, 2017).

E ainda segundo Martins(2014):

O Ecomuseu da Amazônia tem como missão pensar coletivamente e interinstitucionalmente, os problemas da região e suas comunidades, sem desvincular das dimensões: ecológicas, sociais, culturais, políticas e econômicas (MARTINS, 2014,p. 319).

Nesse sentido, as suas ações deverão ser pautadas de acordo com as necessidades de cada núcleo comunitário onde atua.

3.1. A TRAJETÓRIA DO ECOMUSEU DA AMAZÔNIA

A denominação Ecomuseu da Amazônia foi uma escolha de seus criadores e faz alusão a Amazônia Paraense. De acordo com Martins (2014), o Ecomuseu da Amazônia foi estabelecido em 2007, como um programa amparado pela Prefeitura Municipal de Belém (PMB) sob a administração da Secretária Municipal de Educação (SEMEC), porém, a sua origem foi firmada nos anos de 1995/1996 com base

no Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável, que tem como uma de suas principais referências a cultura local, envolvendo um programa de pesquisa e linhas de ação no campo da Ecologia Humana, Ambiental e Social. O subsistema de Educação e Cultura para o Desenvolvimento Sustentável no Município de Belém-PA, teve a sua implantação focada em microssistemas sócioeconômico-culturais apoiados na educação ambiental e patrimonial, no âmbito da educação básica e profissionalizante, preconizando o surgimento de uma produção cultural significativa, uma profissionalização de serviços e uma organização social condizente com o perfil das microrregiões beneficiadas(MARTINS, 2014, p. 316).

A idéia de criação desse museu foi uma iniciativa da então consultora da SEMEC, e integrante do grupo de criadores do Subsistema de Educação para o Desenvolvimento Sustentável no município de Belém Lais Fontoura Aderne, professora da UnB, já falecida, com a colaboração de Terezinha Martins, integrante de sua equipe. Essa ideia foi aceita pela então secretária de educação Therezinha da Moraes Gueiros (MARTINS, 2014).

A contribuição de Lais Aderne foi fundamental para a implantação do Ecomuseu da Amazônia, em virtude de sua experiência em trabalho com as comunidades presentes no Cerrado, estado de Goiás, que

possibilitou a criação do Ecomuseu do Cerrado naquela região (BRITTO; SILVEIRA, 2014).

Dessa forma, a partir da realização do Seminário de Implantação do Ecomuseu da Amazônia, que aconteceu no período de 8 a 10 de junho de 2007 e contou com a realização de oficinas e palestras seguidas de debates nos quais foram discutidos e aprovadas propostas básicas para a “construção de um programa territorial de desenvolvimento humano sustentável”, nasceu o Ecomuseu da Amazônia (MARTINS, 2014, p. 318).

Todavia, segundo Britto e Silveira (2014), as bases de criação do ecomuseu advém da implantação em 1996 e 1997 do programa educacional Liceu de Artes e Ofícios Mestre Raimundo Cardoso, e da Feira do Paracuri em Icoaraci, estes foram desenvolvidos pela SEMEC em consonância com a comunidade produtora de cerâmica no Distrito de Icoaraci.

Em 2008 o Ecomuseu foi integrado ao Centro de Referências em Educação Ambiental – Fundação Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira. (MARTINS, 2014). Vale ressaltar que o Ecomuseu da Amazônia não tem CNPJ (Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica), por isso não possui personalidade jurídica, ou seja, existe de fato, e não de direito. Desse modo a sua “existência” se remete a administração da Fundação Eidorfe Moreira, inclusive quando participa de editais, para captação de recursos, essa participação só pode ocorrer por intermédio dessa fundação. (Maria Terezinha em entrevista concedida a Revista Musas, 2016, p. 238)

A Fundação Escola Bosque professor Eidorfe Moreira foi inaugurada em 16 de abril de 1996 como um Centro de Referência em Educação Ambiental, e esta localizada na Ilha de Caratateua, distrito de Outeiro. Possui uma área territorial de 12.000 metros quadrados de floresta secundária (PREFEITURA DE BELÉM).

Essa fundação é formada por núcleos de coordenações sob a gestão de um presidente. Essas coordenações englobam as seguintes áreas: Coordenação de Desenvolvimento Comunitário, Coordenação administrativa, Coordenação Pedagógica e Coordenação de Planejamento. Inicialmente o Ecomuseu estava integrado à coordenação de Desenvolvimento Comunitário, atualmente o Ecomuseu

da Amazônia tem um espaço próprio dentro da fundação (Maria Terezinha em entrevista concedida a Revista Musas, 2016, p. 238)

Nesse espaço funciona a sua sede síntese, que esta localizada na Ilha de Caratateua (Outeiro), nas imediações da Escola Bosque, em São João do Outeiro, em Belém, onde são desenvolvidos os procedimentos técnicos/administrativos, e avaliação dos trabalhos sob a coordenação da professora Terezinha Martins.

Além disso, a sede do Ecomuseu se apresenta como uma vitrine para exposição dos projetos que são realizados tanto pelo Ecomuseu nas comunidades em que atua¹⁹, como pelos artistas dessas comunidades, que têm naquele espaço, a liberdade para demonstrar e expor seus trabalhos.

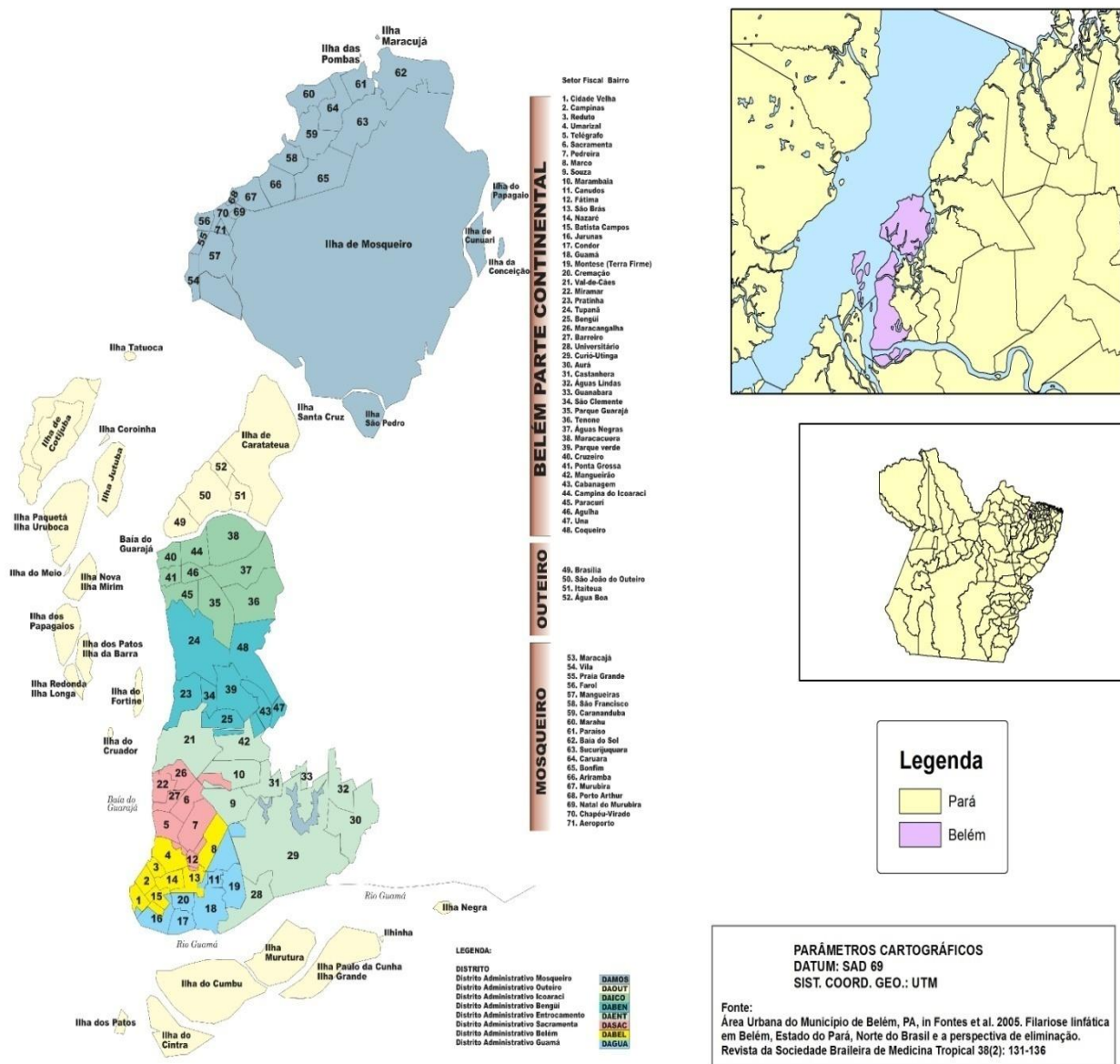
Entretanto, essa relação Ecomuseu da Amazônia e as comunidade do entorno, que não são beneficiadas com ações deste ecomuseu, nem sempre é democrática, ou seja, apresenta determinadas tensões e falta de comunicação. Durante a realização da 12ª Primavera de Museus, em setembro de 2018, observou-se na fala de Suramã, representante da comunidade de assentamento Newton Miranda, na Ilha de Caratateua (Outeiro), que falta uma aproximação do Ecomuseu com outras comunidades da ilha

Segundo a mesma, os membros de sua comunidade estão abertos à participar dos projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu, eles possuem insumos, espaço territorial, mão de obra disponível e gostariam de ter orientação e suporte técnico. Todavia, não recebem essa orientação, falta informação, segundo ela, há um distanciamento entre o Ecomuseu e a sua comunidade e outras conhecidas por ela.

Dessa forma acredita-se que o Ecomuseu da Amazônia deve procurar estabelecer um processo de comunicação mais abrangente, buscando alcançar outras comunidades que não estejam inseridas em suas áreas de atuação, mas que estejam dispostas a desenvolver parcerias de trabalho com o museu.

¹⁹ Informações fornecidas pelo corpo técnico do museu durante visita à sede síntese, juntamente, com a turma do curso de Museologia 2016, da UFPA, em 02/10/2018.

Figura 2. Áreas de atuação do Ecomuseu da Amazônia



Fonte: Fontes et al (2005)

As áreas de atuação do Ecomuseu da Amazônia compreendem treze núcleos comunitários distribuidos nas seguintes microrregiões a saber:

Districto de Icoaraci (Cruzeiro e Vicentino); Ilha de Caratateua (bairros: São João do Outeiro, Fama, Tucumadeira, Curuperé e Nova República); Ilha de Cotijuba (Comunidades do Poção e Faveira); e Ilha de Mosqueiro (comunidades do Caruaru, Castanhal do Mari-Mari e assentamento Paulo Fontes) (MARTINS, 2012, p. 324).

No entanto, em razão de problemas estruturais, que remetem à falta de recursos, os projetos que eram realizados na Ilha de Mosqueiro estão temporariamente parados²⁰.

Através de iniciativas de valorização e preservação do patrimônio dessas comunidades, o Ecomuseu trás como proposta de trabalho o desenvolvimento de projetos que envolvam de maneira integrada quatro eixos, a saber: Cultura, Meio Ambiente, Turismo e Cidadania (MARTINS, 2014).

Ainda segundo Martins (2014), o eixo Cultura envolve o projeto que trata do “Estudo Etnográfico das áreas de atuação do Ecomuseu da Amazônia”, com destaque para a pesquisa etnográfica com a população, elaboração dos biomapas, roteiro patrimonial de visitação e realização de oficinas com ênfase em atividades culturais (p.320), entre outras.

O eixo Meio Ambiente tem como foco a cultura de quintais produtivos com base em eco sítios através da realização de diferentes atividades que possam proporcionar a geração de renda, tendo-se como exemplo a produção de galinhas e ovos caipira, criação de abelhas, viveiros de mudas de espécies florestais, viveiros de peixes e etc.²¹

O eixo Turismo tem como base o turismo sustentável, este se dá por meio da identificação do potencial turístico da região, além de promover a capacitação das populações locais para acolhimento dos visitantes por meio da realização de cursos e oficinas²².

O eixo Cidadania além de englobar os outros eixos, promove atividades que visem a valorização e preservação das referências patrimoniais dos núcleos comunitários. Além de promover e execução de projetos que permitam inclusão social cooperativa e solidaria, assim como facilitar o acesso a oferta de serviços que possam proporcionar qualidade de vida e saúde a seus participantes²³

Em relação aos projetos desenvolvidos atualmente junto as comunidades, Terezinha destaca como projeto principal a realização do inventário, no qual são especificados os atributos de cada comunidade, ou seja, exemplificam os fazeres

²⁰ Informa es fornecidas pela coordenadora em exercício, Terezinha Martins, quando em visita da turma de museologia 2015 da UFPA, em 09/2017.

²¹ Idem

²² Idem

²³ Idem

e saberes, onde o patrimônio cultural material/ imaterial é sinalizado pelos próprios moradores, a partir do trabalho de levantamento de cada profissional que trabalha no Ecomuseu, obedecendo-se as suas habilidades profissionais, faz um levantamento, uma espécie de diagnóstico dessas atividades, (Maria Terezinha em entrevista concedida a Revista Musas, 2016, p. 239/240).

Esse diagnóstico servirá de base para a elaboração de um biomapa que assinala esse patrimônio, e se constitui num instrumento norteador para a elaboração de ações futuras²⁴.

Nesses dez anos de existência o Ecomuseu da Amazônia tem experimentado períodos notáveis, e outros nem tanto. Essas temporadas de altos e baixos podem representar um reflexo da atenção dispensada pelos gestores públicos municipais quanto à questão de recursos e investimentos destinados à instituição, ou da falta destes²⁵. Nesse sentido, existem barreiras de dimensões políticas e econômicas que limitam as ações do Ecomuseu.

E frente ao atual panorama nacional, no que se refere à instituição de políticas públicas, as perspectivas não são muito animadoras. Nesse sentido têm-se como parâmetro principal a promulgação da PEC nº 55, de 2016, (Projeto de Emenda Constitucional) “que impõem um drástico congelamento nas despesas primárias de todos os poderes da União”, por um período de 20 anos, com impacto generalizado em todos os serviços públicos e em todas as políticas públicas (JUNIOR, 2016, p. 27-28).

Na verdade, o panorama das diretrizes de ação museológica no contexto brasileiro tem sido marcado por uma série de carências que refletem a omissão do Estado na elaboração e manutenção de políticas públicas, especialmente no tocante à políticas culturais. Para Rubim (2008) ao longo da história do país, a instituição de políticas culturais, tem sido marcada por tristes tradições que demonstram uma trajetória de ausência, autoritarismo e instabilidade.

Assim como outras instituições públicas, o Ecomuseu da Amazônia necessita de recursos advindos da formulação de políticas públicas para efetivação de seus

²⁴ Idem

²⁵ Informações fornecidas por membros da equipe do corpo técnico do Ecomuseu da Amazônia durante visita à sede síntese, por ocasião do trabalho de campo

projetos, e mesmo desenvolvendo parcerias com outros agentes econômicos e colaboradores voluntários²⁶, essa questão referente a escassez de recursos tem restringido as ações do Ecomuseu quanto ao seu campo de atuação, e impactado a disponibilidade de seus recursos, especialmente no que diz respeito ao seu quadro de pessoal, este, foi reduzido à metade. Atualmente esse quadro de pessoal é composto por um turismólogo, engenheiro de pesca, engenheiro agrônomo, museóloga, e estagiários do curso de comunicação.

A restrição no quadro de funcionários tem influenciado negativamente a manutenção de alguns projetos implementados em Cotijuba. Quanto a isso, o Sr. José Garcia fez a seguinte observação:

a gente olha, não vê uma estrutura boa pra divulgação né...e praticamente é só ela (D. Antônia) e as filha que trabalha, ela tentô faze uma associação pra gente vê se conseguia alguma coisa mas aqui é muito difícil , o povo já tá tão saturado de tanta coisa erradas, né quê! é promessas, promessas e nunca a gente vê se realiza...é só ela que mantém esse Ecomuseu aqui aberto [...] (Entrevista concedida a pesquisadora por Garcia, em 2018).

Essa fala do sr. Garcia expõe o resultado de vários fatores que impactam negativamente as ações do Ecomuseu, especialmente na comunidade Faveira, onde existe um pequeno local que representa um posto de referência deste museu (Figura 9), mas em decorrência da falta de recursos, especialmente financeiros, humanos e metodológicos, esse local, não se apresenta com importância significativa para a comunidade, de acordo com as especificações do Sr. Garcia e outros interlocutores ouvidos no decorrer da pesquisa de campo.

3.2 SOBRE A PESQUISA DE CAMPO

A pesquisa de campo foi conduzida na Ilha de Cotijuba entre os meses de setembro e novembro de 2018. Assim como, contou com a prática de visitas a sede síntese do Ecomuseu no período de agosto à outubro. Todavia, anotações anteriores, quando da visita extra-classe junto com a turma de museologia de 2015, da qual faço parte, também foram utilizadas

Em virtude da demora, pela fundação professor Eidorfe Moreira, no tocante a liberação da autorização para realização desta pesquisa nas dependências da sede

²⁶Informações prestadas por Terezinha Martins, gestora do Ecomuseu da Amazônia, durante visita da turma de Museologia 2015, em 2017

síntese do Ecomuseu que possibilitassem a consulta à documentos oficiais/e outros quesitos importantes para tal, resolveu-se usar as informações disponíveis em referência bibliografias acessíveis na Internet. Todavia ratifico aqui que não existem muitas referências que tratem desse tema.

Outra alternativa adotada foi o foco nas entrevistas do tipo qualitativa, que foi realizada junto à representantes de grupos de moradores e visitantes, a escolha das pessoas para a realização das entrevistas foi pensada a partir dos resultados esperados. Ao todo foram entrevistadas sete pessoas dentre elas: artesãos, moradores mais antigos, visitantes, vendedores, etc. As entrevistas com os moradores foram realizadas em Cotijuba, na comunidade Faveira e as entrevistas com os visitantes ocorreram em Belém, no Campus da UFPA no Guamá, e no espaço *Dermo Easy*, no bairro do Souza.

A seleção dos grupo de moradores se deu em razão de se observar as demandas das diferentes categorias desse contingente populacional. No tocante aos interlocutores visitantes a escolha foi resultante de conhecimento prévio que essas pessoas há muitos anos se deslocam com frequência até a Ilha de Cotijuba e mantêm uma relação de afetividade com esse lugar.

Para a realização das entrevistas foi utilizado um gravador portátil assim como as anotações observadas em diário de campo. O roteiro de perguntas (Apêndice) foi elaborado apenas para dar orientação formal ao trabalho, mas as entrevistas foram conduzidas de forma semi-estruturada. Ressalto que a concessão para a realização das entrevistas, assim como de fotografias utilizadas neste trabalho, foram autorizadas previamente por seus interlocutores.

Confesso que esse processo de pesquisa em campo, uma novidade para mim, apesar de prazeroso, não foi uma tarefa muito fácil, especificamente no tocante à concessão de entrevistas.

Neste âmbito destaco minha inexperiência em abordagem, assim como as dificuldades encontradas em relação à algumas pessoas que se mostraram relutantes em falar, segundo as quais, não saberiam o que dizer. Todavia, esses contratempos foram contornados, e aos poucos os entrevistados foram relatando suas impressões a cerca do lugar e narrando suas histórias de vida.

Além disso, tive a oportunidade de desconstruir alguns julgamentos prévios em relação a outros lugares – fora do meu “circulo de vivência” – da região metropolitana de Belém. Em minha concepção prévia, Icoaraci e Outeiro eram “zonas” de perigo, hoje, em decorrência desta pesquisa, pude rever meus conceitos em relação ao outro, me desloco com frequência até esses bairros, livre do peso do preconceito.

O deslocamento até Cotijuba, ao contrário do que que pensava, não foi uma tarefa difícil. A partir de sete horas da manhã, de hora em hora saem barcos do porto de Icoaraci em direção à Ilha.

3.3 A ILHA DE COTIJUBA E O ECOMUSEU

O território municipal de Belém é composto por 43 ilhas, esse quantitativo de área insular equivale a 2/3 de sua área total (GUERRA, 2015), e corresponde a 332.0367km², obedecendo a seguinte distribuição físico-espacial: Ilhas do Norte área composta por 15 ilhas; Ilhas do Centro Leste, área composta por 3 ilhas; Ilhas do Extremo Oeste, área composta por 17 ilhas; e Ilhas do Sul, cuja área é composta por 8 ilhas (MELO, 2008). Na Figura 3, um fragmento de representação da Belém insular.

Figura 3. Mapa ilustrativo da localização da Ilha de Cotijuba.



Fonte: Google Imagens, 2018.

A Ilha de Cotijuba está localizada no Extremo Oeste dessa área insular²⁷, se encontra geograficamente à margem direita do estuário do rio Pará entre as baías do

²⁷ Região insular são áreas formadas por conjunto de ilhas

Marajó e do Guajará e apresenta-se como “a terceira ilha em dimensão do arquipélago belenense”, possuindo aproximadamente 1.600 km de extensão territorial (MELO, 2008).

Distante 22 km da sede do município, Cotijuba é vinculada ao DAOUT – Distrito Administrativo de Outeiro – através da Lei Municipal de nº 7.682 de 1994, contudo, estabelece significativos fluxos e relações com o Distrito de Icoaraci, do qual possui uma distância de 9 km, de onde sempre saíram e saem barcos em direção à ilha (MELO, 2008).

A população de Cotijuba se apresenta em torno de 9.000 habitantes, todavia em períodos de férias escolares o quantitativo de visitantes chega ao número estimado de 20.000 pessoas (BASTOS, MARTINS, RUFFNER, 2017, apud BELEMTUR, 2017). Em relação a essa questão, Viviane Oliveira (Fig.4) interlocutora que visita a Ilha com frequência, relata que no período de férias o movimento de pessoas é intenso. Viviane de Cássia Serra Oliveira, 19 anos, estudante, mora em Belém, no bairro da Sacramenta, todavia é uma visitante assídua de Cotijuba, frequenta a ilha desde criança.

Figura 4. Imagem de Viviane Oliveira.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

De acordo com essa jovem, o que mais lhe atrai na ilha, além das belas praias de água doce, e a tranquilidade do lugar, a convivência com os moradores e o clima de interior que são peculiares à ilha. Por isso, desde a sua infância sempre

visita a ilha, principalmente no período de férias sempre vai aquele lugar. Segundo Viviane, o lugar lhe proporciona tranquilidade mesmo nos períodos de férias quando o fluxo de pessoas por lá é muito intenso ela se sente segura ali.

De acordo com Bastos, Huffner e Martins (2017) o aumento do contingente populacional em Cotijuba é recente, em torno de 20 anos, esse processo de ocupação da Ilha alcançou um expressivo crescimento demográfico e incorporação do turismo na economia local nas últimas décadas. Anteriormente a população de Cotijuba se restringia a um pequeno contingente de agricultores, pescadores e ex-presidiários oriundos da antiga casa penal.

Essa antiga casa penal (Figura 5) foi estabelecida no prédio onde funcionou o educandário, escola que abrigava menores infratores²⁸. Em Britto e Silveira (2014) encontra-se que:

O educandário foi inaugurado em 1933. Porém, em 1968 foi construída uma penitenciária na ilha e, por algum tempo, o educandário e o presídio coexistiram. O educandário foi extinto e a ilha se transformou em uma ilha-presídio até 1977, quando a Colônia Penal de Cotijuba foi destituída (BRITTO, SILVEIRA, 2014, p. 838)

Figura 5. Imagem do antigo educandário e colônia penal.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

²⁸ Informação prestada pelo Sr. José Garcia

Quando da chegada à ilha esse prédio é uma das primeiras visões que se tem, e se apresenta como uma referência tanto para os moradores quanto para os visitantes, portanto apresenta um grande potencial museológico nesse sentido nossa interlocutora Gabriele Martins (Figura 6), fez as seguintes ponderações:

Figura 6. Imagem da Gabriele Martins.



Fonte: Gabriele Martins, 2018.

[SOUZA] Como visitante usual de Cotijuba, o que tu achas que é interessante que um ecomuseu trabalhe... de ações que possibilite que as pessoas de lá (Cotijuba) sejam visibilizadas

[MARTINS] Assim, lá, logo de primeira a gente dá de cara com as ruínas, e são ruínas que todo mundo vem ver, mas nem todo mundo sabe o que são realmente aquelas ruínas, tem uma placa, mas que não diz praticamente nada [...] eu acho que seria interessante porquê! acaba que aquele, aquela ruína tá ali por estar, porque ninguém chega e explica, não tem uma questão de mediação da história da ilha, eu acho que seria interessante, porque as pessoas vão ali só pra usar a praia e muita das vezes sujam deixam imunda as praias. Então seria uma boa essa questão dessa educação patrimonial no espaço, tanto com as ruínas com essa cultura material que agente tem, que a gente percebe lá que tem muito material arqueológico, que a gente já encontrou louças, essas coisas, e a questão das praias, porque tem a história do presídio né, que, eles jogavam as pessoas ali pra correr na praia, eu já vi visagem ali, e mandavam correr pra ver se as pessoas conseguiam se libertar e atiravam, matavam as pessoas ali mesmo e é assim, tem muita gente que não sabe dessa história, são poucos os que sabem, e os que sabem são moradores ali oh! de muitos anos, e eu acho que seria interessante ter uma conversa com esses moradores, trazer essas oralidades de lá, tanto essas oralidades cosmológicas né que é grande lá, muita gente fala que já viu matinta, que já viu outras aparições e tal, e eu acho que seria interessante trazer essa parte da cosmologia né, e trazer uma questão também do próprio desenvolvimento da natureza porque ali eles não permitem carros, porque

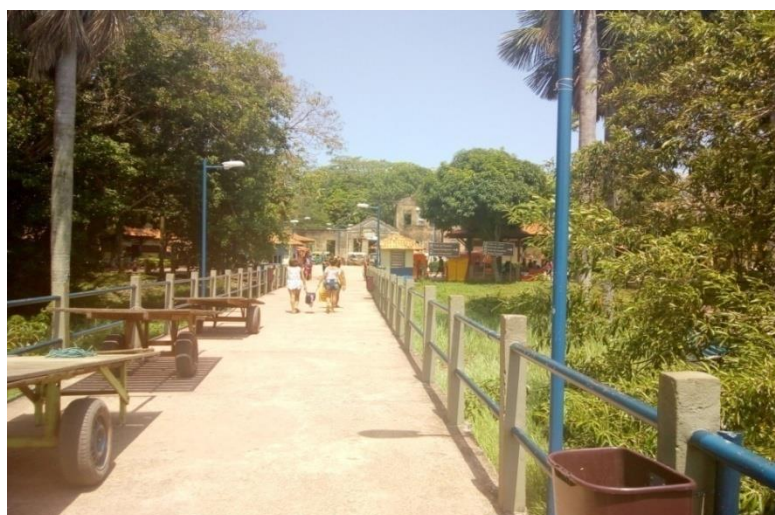
eles dizem, assim, a grosso modo, que a ilha vai afundar, se botarem carros a ilha afunda, (sobre a ilha afundar) [...] essa visão é dos moradores

Para o Sr. José Garcia (Figura 13) esse prédio antigo faz parte da história de Cotijuba, e é um patrimônio que precisa ser compartilhado, preservado, embora essas ruínas sejam alvos de muitas promessas vãs de políticos, pois nada tem sido feito para sua preservação. Seu José Garcia compartilha da mesma ideia de outros moradores de que esse complexo predial evoca a memória histórica. Para ele esse patrimônio deveria ser trabalhado pelo ecomuseu. Para ele patrimônio é:

Patrimônio é aquilo que se adquire, por exemplo o meu patrimônio, ou aquilo que se constrói, por exemplo, o Estado construiu aqui oh! (se referindo às ruínas do educandário). É um patrimônio, mas que tá dessa maneira, né [...] é um ponto de partida pra qualquer político [...]e ninguém faz nada, e é uma construção tão boa, tão boa [...] na época que o Barata mandou fazer isso daqui foi pra pegar crianças que estavam é, jogadas na rua e ele mandava pra cá, era uma escola. Ai já na década de 70 que passou a ser um presídio, a realidade é essa, as pessoas que moram aqui, elas sabem direito [...] e o último foi o Teodorico Rodrigues que teve aqui, o tenente, que era o diretor do presídio. [...] (GARCIA, 2018).

A ilha de cotijuba possui além das belas paisagens um rico patrimônio cultural (material e imaterial), uma história repleta de estórias que refletem o imaginário popular. A imagem a seguir (Figura 7) revela o trapiche que permite o acesso ao principal porto de entrada e saída da ilha

Figura 7. Imagem do trapiche no porto de entrada e saída da Ilha de Cotijuba



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Para se chegar a Ilha, parte-se de barco do porto de Icoaraci, o tempo da travessia gira em torno de 50 minutos até a chegada ao porto de embarque/desembarque no terminal Hidroviário Antônio Tavernard, no local conhecido como Faveira²⁹.

Para facilitar a locomoção pelo interior da ilha, têm-se como opção de traslado quatro tipos diferentes de transporte, a saber: bondinho, charrete, motorrete e mototaxi. (imagens em anexo). Antes os meios de condução mais utilizados eram as charretes e o bondinho, a permissão da atual gestão distrital para a utilização do transporte com motocicleta tem provocado alguns desentendimentos entre estes e o grupo dos charreteiros que realizam a locomoção de passageiros pelo interior da ilha.

Para Viviane Oliveira esses meios de transporte são parte da cultura de Cotijuba e segundo a mesma, a cultura é representada pelos museus. Quando lhe perguntei se conhecia algum museu disse que sim, e fez referência ao Goeldi, entretanto, Viviane desconhece a presença de museu em Cotijuba, e conseqüentemente possíveis ações deste, e nem tão pouco os seus parentes (tios), que moram na ilha, sito à rua principal, a rua do Telão, na comunidade Faveira.

De acordo com essa interlocutora, museu lhe remete à cultura, e para ela, cultura é a preservação de valores antigos. Em Cotijuba, além das comidas típicas (pupunha, farinha de mandioca, tapioca), ela destacou os tipos de condução que fazem o transporte no interior da ilha, como valores culturais que devem ser preservados.

Apesar de ser considerada por muitas pessoas como uma APA (Área de Proteção Ambiental), mesmo com extensa busca, não foi encontrado nenhum dispositivo legal que desse embasamento a essa propositiva. Todavia, os moradores da Ilha sabem da importância de se preservar a natureza e o patrimônio cultural.

Neste sentido, Renan, 23 anos que nasceu e mora em Cotijuba desde sempre, trás o seguinte relato em relação ao processo de preservação na ilha:

A mulher vem e fala que isso é uma APA, a administradora da ilha, vem e fala que não se pode mexer em nada praticamente, maltratar os animais e

²⁹ Fonte as observações da pesquisa de campo da autora.

coisa e tal, que tem que preservar, fala que não, pode mexer em muitas coisa,o que nos fala num vale nada pra eles, praticamente, porque eles falo que, aqui é uma APA,né, assim , então, falo que num é pra mexer em muita dessas coisa, mais eles já mexero em várias dessas coisas aqui nesse bloclete, falo que isso daqui, que não podia colocar essas coisa daqui de primero, num podia entrar ônibus, e tudo aquilo mais, [...] mas se for levar ao pé da letra tudo que eles falo, isso também não tá certo [...] nós moramos aqui, nos sabemos o que acontece [...] eles pensam que nós somos besta, nós não somos nenhum pouco besta, querem fazer o que querem pra gente e a gente tem que aceitar[...] tem muita gente que depende aqui desse trabalho (do transporte com animais, charrete) mas a gente sabe que tem que cuidar dos animais, das coisas da natureza, porque se não elas acaba, [...]tem também as praia... (RENAN, 2018)

O mapa a seguir (Figura 8), destaca a localização das principais praias existentes em Cotijuba, e Segundo Renan são “coisas da Natureza” que devem ser preservadas

Figura 8.Mapa turístico ilustrativo da ilha de cotijuba e de suas principais praias.



Fonte: Amaral,Corrêa e Moutinho, 2017.

A Ilha de Cotijuba possui doze comunidades: Praia da Saudade, Faveira, Flexeira, Praia Funda, Quatro Bocas, Canivete, Seringal, Pedra Branca, Vai-Quem-Quer, Farol, Poção e Fazendinha” (BASTOS; HUFFNER; MARTINS, 2017, p. 240). São belas praias de água doce que podem proporcionar à seus moradores e/ou visitantes momentos tranquilos de desfrute e lazer.

Aliás, a idéia de tranquilidade e segurança na Ilha, é uma marca presente nas falas das pessoas entrevistadas, entre as quais, dona Dulce. Esta, não se sentiu à vontade para conceder entrevista gravada, mas conversamos por um bom tempo, segundo a mesma, apesar de faltar emprego, e conseqüentemente renda, principalmente para os mais jovens, a beleza das praias, a paz e a tranquilidade do lugar são pontos positivos em Cotijuba, estes benefícios ela não troca por nada.

Olhe, lhe digo uma coisa, quase toda noite eu fico na frente da minha casa ou lá pra trás, de frente para a praia, a minha casa fica defronte da praia, fico olhando aquela beleza de praia e fico mexendo de vez enquanto no meu celular, fico lá sentada, sozinha até altas hora da noite, fico desprocurada, aqui é um luga muito tranquilo, a gente não ouve falar de assalto sabe, nós temos uma vida sossegada aqui

Dona Dulce é moradora da ilha, vive na comunidade da Faveira há exatamente 30 anos, e hoje trabalha com venda de comida, num box localizado próximo ao porto. Porém, segundo a mesma, ela já fez de tudo na vida para criar sozinha os cinco filhos, “já trabalhei até como borracheira”, frisou.

Entretanto, mesmo trabalhando num espaço que fica paralelo ao posto de referência do Ecomuseu, essa senhora não tinha muitas referências a respeito deste, a impressão que tive é de que ela não se identifica com a proposta de trabalho ali estabelecida, e como se estivesse frente à algo muito distante da sua realidade.

Essa mesma observação pôde ser notada na conversa que tive com o Sr. Natalino. Este senhor, disse morar na ilha há mais de 40 anos, atualmente sua residência está localizada na rua principal, e ele foi um dos últimos funcionários do antigo presidio antes deste ser desativado em 1977.

Seu Natalino se identificou como analfabeto, e, portanto, disse que não saberia se expressar corretamente para conceder entrevista, muita embora tenha lhe esclarecido que esse fato não era importante para tal. Quando lhe perguntei se já havia ouvido algum comentário sobre a existência de algum museu por ali, disse nunca ter visto ou ouvido falar.

Porém, quando lhe perguntei sobre o que mais gostava ali naquele lugar onde morava, ele respondeu “a tranquilidade deste lugar e as praias”, ele perguntou-me – a senhora já foi na praia do vai quem – quer?, lhe respondi que havia ido há alguns anos passados, e ele prontamente retrucou, “se a senhora for agora, vai ver que tá tudo mudado, tá muito bonito, e aposto que a senhora vai querer comprar uma casa pra ficar morando aqui”.

Aliás essa sensação de quietude e tranquilidade, é possível de se observar a partir do momento em que se deixa o porto de Icoaraci e começa a navegar pelo rio em direção à Ilha, é como se a pessoa adentrasse aos poucos em outro mundo, calmo e tranquilo, bem diferente do ritmo de vida agitado da cidade de Belém.

Não é difícil entender porque a ilha é considerada um paraíso natural. Seus primeiros habitantes foram os Tupinambás, dos quais recebeu o nome Cotijuba, do Tupi-guarani que significa “caminho dourado”, em referência ao reflexo do luar nas areias de suas praias (MELO, 2008).

As narrativas acima destacam a percepção que essas pessoas têm acerca do lugar onde vivem, segundo as quais, além de possuir belas paisagens tidas como naturais, o lugar lhes propicia a sensação de segurança, eles se sentem seguros ali.

3.3.1 As relações entre os moradores de Cotijuba e o Ecomuseu

Os ecomuseus se configuram por propor uma nova linguagem museológica, favorecendo a inclusão, acessibilidade, e se apresentam com uma proposta de fortalecimento das práticas culturais de comunidades locais. Nessa dinâmica que relaciona museu/sociedade, a população deixa de ser apenas público visitante, e passa a ser um gestor participante das ações que são ali desenvolvidas. (BRULON,

2015). Neste caso, pode-se observar que existe uma grande dificuldade em aliar teoria e prática.

Considerando-se que a Ilha de Cotijuba que é composta aproximadamente por 12 praias (Figura 8), as bases de atuação do Ecomuseu da Amazônia na Ilha de Cotijuba se restringem às comunidades do Poção e Faveira. Na comunidade da Faveira, principal porto de embarque e desembarque, o Ecomuseu possui um posto de referência (Figura 9), uma pequena construção que está localizada a direita quando se chega à ilha, próximo ao trapiche do porto de embarque e desembarque.

Figura 9. Posto de referência do Ecomuseu da Amazônia em Cotijuba



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Esse compartimento antes era usado para abrigar a “casa de força” do gerador a diesel que iluminava somente os lugares públicos desse núcleo comunitário, antes da Ilha receber a ligação direta da rede de energia elétrica que atualmente abastece todo o seu território.

Este posto foi reformado³⁰ com a ajuda de D. Antônia, (Figura 12), seu marido, e mais um casal de amigos destes, sob a orientação do Ecomuseu que

³⁰ Informações prestadas por D. Antônia.

forneceu a matéria prima usada na reorganização do espaço. Atualmente esse local acomoda a produção dos trabalhos artesanais feitos por D. Antônia.

Todavia, esse espaço – de acordo com a mesma – é destinado à qualquer pessoa que queira expor o resultado do seu trabalho para eventual venda, principalmente, artesãos. Apesar disso, não há interesse ou envolvimento desse grupo em relação ao uso do local.

Mas olhe, a professora Terezinha ela mandou aprontar, ajeitar aquilo ali, ela deu aquele espaço pra nós, se juntou com o Ecomuseu, Prefeitura, Escola Bosque, pra hoje ter esse ponto aí, pra ter o quê? Uma comunidade ali reunida um grupo de artesão ali dentro pra trabalhar, tem? eu lhe pergunto, num tem, só tem eu [...]porque aqui é assim, eu venho hoje, você vem amanhã, amanhã você num vem eu venho, se eu vim, eu vendo o meu e o seu, se eu não vim, você vende o seu e o meu, assim que é a proposta de lá [...] é pra quem trabalha com artesanato,[...] principalmente os pessoal daqui muitas pessoa sabem fazer artesanato mas num vai [...] porque num quer participar lá, agora o motivo eu não sei (ANTÔNIA, 2018).

Entretanto o uso desse espaço por D. Antônia para expor a sua produção artesanal para possível venda,(Figuras 10 e 11) proporcionou um impulso à seus negócios e lhe assegurou a possibilidade de obtenção de renda.

Figura 10. Imagem de peças de cerâmica



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Figura 11. Imagem de peças confeccionadas em palha e tapeçaria



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Essa parceria junto ao Ecomuseu, tem ajudado muito para a melhoria e divulgação do seu trabalho, segundo ela, o Ecomuseu, "bate foto, divulga na internet", além de facilitar a melhoria do processo produtivo, que envolve a confecção de painéis de barro, melhoria das técnicas, construção de um forno mais apropriado para a queima da cerâmica. Na sua opinião essas ações trouxeram melhorias e facilitaram a sua vida.

Essa senhora de 70 anos, artesã, moradora de Cotijuba se apresenta como representante do Ecomuseu junto a sua comunidade. Relata que já vive na Ilha há mais de 25 anos, e que tem participado dos projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu desde a sua fundação.

Ainda segundo a D. Antônia, atualmente, apenas ela está envolvida com as ações que o Ecomuseu desenvolve naquele posto de referência da comunidade Faveira. Os artesãos do local, que existem, e são muitos, não apresentam interesse pelo trabalho que está sendo realizado. Não há um envolvimento efetivo dos grupos de vendedores e artesãos com esse projeto. Desse modo, é possível entender que entre os moradores das comunidades de Cotijuba existem interesses diferenciados

das propostas do museu que devem ser considerados, todavia a possibilidade de geração de renda é um fator preponderante.

Em entrevista concedida a Britto e Silveira (2014, p. 839), Rezende, ressalta que embora o trabalho com as comunidades seja contínuo, este se dá de forma lenta e gradual, pois envolve um processo de educação. Nesse percurso muitas pessoas se afastam. Todavia aqueles que permanecem “se transformam em lideranças do Ecomuseu naquela comunidade”(BRITTO, SILVEIRA, 2014, p.839).

A exemplo disso têm-se D. Antônia (Figura 12), uma de nossas interlocutoras, citada anteriormente, uma pioneira que participa dos projetos do Ecomuseu da Amazônia desde o início de suas atividades em 2006.

Figura 12. Imagem D. Antônia



Fonte: Arquivo Rosângela Britto, 2012.

D. Antônia é artesã, tem 70 anos e mora em Cotijuba há mais de 25 anos. Atualmente a sua residência está localizada na Comunidade da Faveira (Porto de chegada e saída), entretanto, a sua base produtiva, onde realiza a sua produção artesanal está localizada na comunidade do Poção, onde mantém uma casa e oficina de trabalho. Quando lhe perguntei sobre museu ou ecomuseu e possíveis

ações desenvolvidas por estes, em Cotijuba disse não conhecer museus, ecomuseus sim.

[...] o ecomuseu dali de, que tem lá no [...] Outeiro, lá o de Outeiro. É este mesmo que nos temos ali, este ecomuseu que eu tenho ali, é um projeto do ecomuseu de lá de Outeiro é, a professora Terezinha, foi através dela que aconteceu de ter este ecomuseu aqui no Cotijuba, porque não tinha [...] com o pessoal de lá, ai foi que foi formado este ecomuseu daqui do Cotijuba (Entrevista com Antônia concedida a pesquisadora, realizada em 2018)

Quando lhe perguntei sobre a sua participação nas ações executadas pelo referido Ecomuseu D. Antônia exemplificou através da seguinte narrativa como participa dessas atividades.

Com as ajuda, que eles traze pra nós daqui, pra mim, pra minha familia, a comunidade, que... só num ficou quem nãoquis, porque ela trouxe esse trabalho pra nós da comunidade do Ecomuseu pra nós fazer alguma coisa, pra gente se manter eles ajudar, como é o ajudar deles trazendo pessoas de lá pra cá pra nós ajudar, ensinar, trazendo curso, tudo isso, através do Ecomuseu [...] então tudo o que vem o negócio desses cursos, o SENAR, esses cursos que vem é tudo através do ecomuseu, é ele que vai buscar os professor e bota pra fazer, pra cá³¹. Tudo o que eu aprendo eu boto em prática.[...]As pessoas compram, levam.

Quanto aos cursos que D. Antônia citou, são realizados em parcerias, com algumas instituições, nesse sentido, um dos principais parceiros do Ecomuseu é o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural), através do qual são realizados cursos e oficinas de capacitação, estes são ministrados tanto na sede do Ecomuseu, em Outeiro, assim como nos núcleos comunitários assistidos pelo mesmo, especialmente na comunidade do Poção em Cotijuba.

Quando lhe perguntei sobre a participação da comunidade nas escolhas dos projetos, se as pessoas dizem o que querem que seja feito D. Antônia respondeu:

Porque olhe, os meus projetos, os meus trabalhos, tem a argila [...] comecemos com coisinhas poucas ai ela, como é o nome dela? Meu Deus! veio e disse assim D. Antônia o ecomuseu tem uma oficina, foi jogada pra Mosqueiro, se eles não quiser a senhora aceita eu disse aceite, aceite porque eu quero que cresça isso aqui, então ela voltou foi embora. Com 8 dias ela chegou com a resposta, que vinha pra cá. E eu aceitei, as pessoa vêm, eles encontra lá, num quere levo pro uma comunidade e a comunidade num quer, eles tráz e pergunta se eu quero, e eu aceitei, porque é uma ajuda, entendeu!

Esse relato de D. Antônia demonstra que nem sempre as pessoas da comunidade participam como gestores no planejamento da determinadas ações

³¹ Idem.

museais, pelo que é possível perceber em sua fala, ela nem sempre tem participação efetiva na elaboração dessas ações, aceita o que lhe é ofertado mesmo que tenha sido pensado pra outras comunidades.

Quanto ao sr. José Garcia (Figura 13), 57 anos, mototaxista, morador da Ilha de Cotijuba há nove anos, na comunidade Faveira, disse que apesar de ter nascido em Icoaraci e de sempre frequentar allha, ainda não participou de projetos museais na região.

Figura 13. Imagem do Sr. José Garcia.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Este sr. se apresentou alegre e descontraído afirmando que não tinha medo de falar. Quando lhe perguntei se tinha conhecimento ou participava de algum projeto desenvolvido por algum museu ou ecomuseu ali na comunidade Faveira, disse que não participava, mas tinha conhecimento do ecomuseu, e fez uma associação deste com a pessoa de D. Antônia e exposou a seguinte narrativa:

O ecomuseu eu conheço. O ecomuseu ele faz parte aqui na praça, é uma senhora a dona Antônia de Maria [...] ela faz parte também, e eu conheço, sei que existe porque a gente vê os trabalho (da dona Antônia) ser executado [...] a pessoa que era responsável disso, [...] ela tem o nome da Terezinha Gueiros, é Terezinha [...], o nome dela, ela que era diretora que, fez isso e acabou deixando o ecomuseu aqui [...] ´so que sem estrutura nenhuma mas a irmã Antônia acaba saindo né, sempre em alguns movimentos que tem, até mermo nas feira, teve uma feira ai, ela saiu com, com os, é vasos né, alguns artesanatos, tanto de barro, e ela é cearense né, ela trabalha com palha né, [...] ela usa muito palha, e é o que tem aqui no ecomuseu, e praticamente é só ela e as filhas que trabalha, ela tentou fazer uma associação pra gente ver se conseguia alguma coisa mas aqui é

muito difícil, o povo já tá tão saturado, de tanta coisa, tanta promessa [...] mas realmente ela trabalha com o artesanato [...] e vende né, que ela ganha algum dinheiro, e é só ela que mantém esse ecomuseu aqui aberto (Entrevista concedida a pesquisadora com Garcia, em 2018).

Todavia quando lhe indaguei se gostaria de participar de algum projeto que trouxesse alguma melhoria pra sua comunidade, prontamente ele respondeu:

Claaro, a senhora quer que eu lhe diga a realidade. Eu não queria nem pra mim, eu num penso nem em mim, eu queria pro benefício desse povo, que o povo aqui é muito sofrido, é um povo carente, de benefício, de coisas que...mais eu também não creio assim em nada que possa vamos dizer, é, [...] é uma coisa que eu quero assim, que o povo trabalhe que vá buscar [...] então é necessário realmente alguns projeto, alguns planos pra cá. [...] A gente precisa sim de vários projetos pra cá pra gente ver esse povo crescer né(Entrevista concedida a pesquisadora por Garcia, em 2018).

Em relação a outros projetos realizados naquela comunidade, e de outras participações ele fez as seguintes observações:

[...] Pela fundação, pela Funbosque, eles tentaram trouxeram alguém pra fazer uma criação de peixe, lutaram muito [...] mas não deu certo por causa da estrutura, a estrutura não foi boa, deixou a desejar. E o esposo da irmã Antônia (Sr. Mesquita) já é uma pessoa idosa, e a área lá é areia, arenosa, e aí quando chega o verão, seca, não tem jeito, eles tentaram de todas as maneiras e não conseguiram manter o tanque cheio, e acabou que os peixes não se desenvolveram.[...] E o trabalho dele praticamente, do seu, do irmão Mesquita foi jogado no mato.³²

Eles fizeram alguns projetos, trouxeram é algumas coisas sobre ensinar né, sobre a parte de lidar com o barro, né e tal, preparar o barro, essas coisas pra trabalhar e tal, só que aí, existia um tanto de pessoas, [...] era aberto a todo mundo, aí, mas tinha um tanto né, tinha que ser, por exemplo 20 pra frente né, e as vezes as pessoas pegavam o nome, pegavam é CPF e até identidade, mas essas pessoas acabava, elas não iam [...] que acabava, a senhora tá entendendo, não ajudando em nada. Mas era o ecomuseu, vinha por ele, né de lá da diretoria de lá, eles que fizeram esses projetos³³.

Quando lhe perguntei se saberia dizer algo sobre ecomuseu disse que não, porém, em relação a museu, disse que conhecia e já tinha visitado na infância e fez as seguintes ponderações tendo como referência o museu Emílio Goeldi.

[...] Museu é aquilo que antigo né, é algo antigo, que se coloca pra se apreciar pras pessoas virem né, olhar, apreciar, [...] porque eu já fui no museu [...] em Belém, no Emílio Goeldi tem muito é, aquelas máscaras né, indígenas né, algumas coisas que eu vi, na época eu era criança ainda, faz muito tempo que eu não vou né, no museu. Mais eu tenho assim a idéia que é alguma coisa antiga que se coloca no museu pra que todo mundo tenha é, conhecimento daquilo [...] por exemplo aqui né [...] eu um dia assistindo a televisão, eu vi falar que aqui teve portugueses né, plantaram cana né, e tal, tinha escravos aqui e tudo. Só que essa, essa parte aqui a gente num ouve

³² Idem.

³³ Idem.

falar, que dizer, esse ecomuseu eu acho que seria pra isso né, na minha consciência era pra isso [...] (GARCIA, 2018)

Embora não defina a instituição museu nos moldes de conceitos acadêmicos, e mesmo relacionando museu como lugar depositário de antiguidades, o sr Garcia reconhece o museu como um lugar difusor do conhecimento, da história e memória do lugar. Em sua opinião o ecomuseu deveria trazer uma proposta de trabalho neste sentido.

Ainda em relação à participação em projetos museais na região, Renan, outro entrevistado, disse que já participou, embora não tenha conhecimento a respeito do que seja museu. Sobre isso disse que já viu alguma coisa na televisão. Todavia falou que já fez alguns cursos ligados ao Ecomuseu lá em Outeiro, entre os quais citou:

Cheguei a fazer o de qualificação profissional duas vezes. Turismo e Recurso Pesqueiro. Lá no ecomuseu da Escola Bosque. O de lá mesmo da escola técnica e de recurso pesqueiro[...] curso de cerâmica, argila, nós participamos, só que faz muito tempo, tá entendendo[...] fazia matapi, tarrafa, que não fosse prejudicar o meio ambiente, a gente trabalhava sobre sustentabilidade manter os recursos pra próxima geração. [...]Várias áreas. Eu gostei muito, [...] tipo assim, o meu futuro. A oportunidade lá perto [...] mas faltou incentivo, ná assim do governo pra fazer alguma coisa. pra ajudar, pra incentivar[...] Então era..tipo assim...eles mostravam muito a identidade, pra pessoa ter orgulho onde ela mora, ela própria. E não precisar sair daqui pra trabalhar, [...] Por causa que a pessoa não precisa sair daqui mesmoo Cotijuba pra ela ganhar dinheiro, pra gerar renda pra outras pessoa. Por exemplo eu assim, da minha área eu posso fazer um cultivo de peixe, [...] quando eles tiverem grande, pode ser pro meu próprio consumo, ou pode ser para gerar renda. [...] Pra nós também desenvolver o nosso trabalho nós tem que ter dinheiro. Né? (falta recurso) Entendeu? [...] Fiz também de turismo, posso trabalhar em pesquisa de preço, mostrar a cultura, [...] cultura é, por exemplo o tacacá, oaçai...³⁴.

Segundo Renan esses cursos dos quais participou lhes capacitam para desempenhar algumas funções e atividades. Entretanto, existe uma lacuna entre capacitação profissional e recursos financeiros. Neste caso, segundo ele “falta dinheiro” para que possa por em prática o que aprendeu.

³⁴ Idem

3.3.2 As comunidades do Poção e Fazendinha e as ações do Ecomuseu

Segundo Britto e Silveira(2013, p. 839), a comunidade do Poção está situada no “extremo Leste da Ilha de Cotijuba, entre a comunidade de Pedra Branca e o Parque Seringal”, assim como a comunidade Fazendinha. Quando se chega direto pela praia do Poção, a vista que se tem é muito bonita, como é possível ver na imagem seguinte (Figura 14)

Figura 14. Imagem da vista panorâmica da chegada à Comunidade do Poção.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Para se chegar a essas comunidades a partir do porto principal em Cotijuba o transporte mais viável se dá por meio de mototaxi, segundo o Sr. Garcia, esse é o ponto mais afastado da Ilha chegando a uma distância aproximada de 18km. Partindo-se de barco do porto de Icoaraci é possível aportar diretamente na praia dessas comunidades.

Com base em Melo (2008) pode-se dizer o núcleo de povoamento na Ilha de Cotijuba surgiu a partir dessas comunidades, mas precisamente em torno de 1784, no Séc XVIII, quando ali foi construído pelo capitão Luís Pereira da Cunha, um engenho embranquecedor de arroz que ficou conhecido como Fazendinha, o local atualmente se apresenta em ruínas

De acordo com Bastos; Martins e Huffner (2017), a comunidade do Poção é adjacente à Fazendinha, estas são habitadas por núcleos familiares onde todo mundo se conhece³⁵. As principais atividades sócio-econômicas dos moradores envolvem as atividades de pesca, agricultura, extrativismo e artesanato (MELO, 2008)..

Segundo Melo (2008, sem paginação) o “extrativismo está ligado à coleta de frutas (Cupuaçu, Taperebá, Muruci, Jaca, Pupunha e e etc...), a extração de areia e de árvores que são usadas na construção de suas casas”.

Quando em visita a essas comunidades fui juntamente com o pessoal que compõe o corpo técnico do Ecomuseu, o barco que nos levou a esse lugar presta serviços a Fundação Eidorfe Moreira, e é o mesmo que faz o transporte diário de professores que se deslocam de Belém para dar aulas em uma escola localizada em uma ilha próxima dali. O desembarque se deu diretamente na praia do Poção.

Geralmente, uma vez por semana, esse barco transporta o pessoal que compõe o corpo técnico do ecomuseu a essas comunidades para acompanhamento dos projetos que são desenvolvidos ali.

Nesse ínterim tive a oportunidade de participar de uma reunião que contou com a participação de componentes do corpo técnico do ecomuseu e membros dessas duas comunidades, para tratar de assuntos referente ao planejamento da nova edição do “Roteiro Patrimonial de Visitação”, este ocorrerá em um futuro próximo e será executado especificamente pelos próprios moradores.

Esse roteiro de visitação turística integra o projeto Turismo de Base Comunitária (TBC) que compõe um dos eixos básicos de trabalho do Ecomuseu da Amazônia e já atendeu o quantitativo de 180 pessoas. A imagem seguinte (Figura 15) revela parte da ruína do antigo engenho.

³⁵ Informação prestada por uma moradora da comunidade do Poção

Figura 15. Imagem das ruínas do antigo engenho conhecido como Fazendinha



Fonte: Imagens Google. Acesso em 15/01/2019

Este projeto de visitação tem como ponto de partida as ruínas da antiga fazenda de beneficiamento de arroz (Figura 15), passando por vários pontos. Esses pontos em destaque remetem a produção cultural tradicionalmente ali desenvolvidas, e ao patrimônio comunitário local.

O roteiro segue metodologicamente uma ordem de visitação que favorece o contato dos visitantes com vários pontos de visitação que exprimem a cultura local, a saber: 1- Ruínas do Engenho; 2-Artesaria Naval; 3-Móveis rústicos; 4-Trilha; 5-Artesaria Naval; 6-Murucisal; 7-Cerâmica; 8-Artesaria Naval; 9-Escola; 10-Redário; 11-Farinha Artesanal; 12-Curral; 13-Agricultura; 14-Cerâmica; 15-Agricultura; 16-Farinha Artesanal.

Essa proposta de visitação foi pensada pelo Ecomuseu:

A fim de garantir a preservação e a valorização dos saberes e dos fazeres tradicionais das comunidades envolvidas, assim como do seu patrimônio natural e cultural, o qual serve como pano de fundo para o desenvolvimento do turismo de base comunitária (BASTOS; MARTINS; HUFFNER; 2017, p. 244).

O desenvolvimento desse projeto se constitui em um recurso que permite à comunidade, a apropriação de sua cultura, e a oportunidade de comunicar aos visitantes as suas referências patrimônias. Como exemplo disso têm-se a artesaria naval que envolve a construção artesanal de navegação (Figura 16)

Figura 16. Imagem da produção artesanal de embarcação



Fonte: Arquivo Pessoal, 2018.

Além do Roteiro Patrimonial de Visitação, entre outros projetos desenvolvidos pelo Ecomuseu nas comunidades do Poção e Fazendinha, pode-se citar ainda a criação do viveiro de mudas de plantas nativas (Figura 17), a criação de peixes (Figura 18), e a realização de oficinas e cursos de capacitação, além do trabalho de Educação Ambiental com as crianças da comunidade, entre outros.

No viveiro de mudas são cultivadas plantas nativas da região para serem usadas no processo de reflorestamento de áreas desmatadas. Posteriormente serão cultivadas plantas medicinais. Essas ações de reflorestamento também ocorrem durante a realização do Roteiro de Visitação Patrimonial, onde cada visitante recebe uma muda de planta que poderá replantar no local, ou onde lhe for conveniente.

Quanto à criação de peixes, envolve a construção de tanques, nesses tanques são cultivadas espécies de peixes da região que podem servir tanto para o consumo de seus proprietários, quanto para a venda. Em relação a realização de oficinas e cursos de capacitação estão relacionados a capacitação da mão de obra local.

Figura 17. imagem do viveiro de mudas



Fonte: Arquivo pessoal 2018

Figura 18. Tanque de Criação de peixes.



Fonte: Arquivo pessoal 2018

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletindo sobre os fatos apresentados, acredito que seja importante uma referência de museu na Ilha de Cotijuba, e neste caso, essa referência é o Ecomuseu da Amazônia, embora a sua atuação envolva um trabalho restrito às comunidades do Poção e Fazendinha.

Em relação aos trabalhos realizados na comunidade Faveira pude observar que se apresentam pouco significativos, em outras comunidades da ilha, esta instituição museal não se apresenta de maneira efetiva, ou é até mesmo desconhecida pela sua população.

Cotijuba possui um imenso potencial aos processos de musealização do patrimônio local e ao mesmo tempo é cenário museal fantástico, com inúmeras possibilidades de trabalho que desperte realmente o interesse de sua gente, e pra isso acontecer essa população deve ser ouvida.

Além de buscar conhecer as referências culturais das comunidades onde atua, considero necessário que as comunidades também conheçam o Ecomuseu. Para isso, torna-se imprescindível que o ecomuseu estabeleça um processo metodológico de trabalho, com um processo de comunicação mais abrangente frente a essa população, que facilite esse diálogo.

De acordo com informações obtidas durante a realização desta pesquisa, quando da ida a campo, com o intuito de observar as ações do Ecomuseu na Ilha de Cotijuba, pude constatar que num grupo de cinco pessoas entrevistadas que representam grupos de moradores, duas pessoas já participaram dos projetos que são implementados por este museu naquela região, outros dois conhecem mais não participam, uma pessoa, não tem conhecimento, neste caso um dos moradores mais antigos, e apenas uma pessoa continua envolvida, esta, ligada a comunidade do Poção, onde o Ecomuseu mantém as suas bases de sustentação. Entretanto, observando sua fala, não me pareceu que a mesma participa como mentora, no planejamento dessas ações.

Sendo que, entre aqueles que se apresentam como visitantes pontuais que contabilizou duas pessoas, estas disseram não ter conhecimento da presença de museus, na Ilha, nem tampouco os seus parentes moradores da ilha.

Desse modo, entendo que o Ecomuseu precisa se apresentar para outros núcleos e grupos comunitários do entorno da ilha, estabelecer um diálogo mais abrangente com essas comunidades e ouvir as suas demandas, visto que, as pessoas apresentam interesse em participar de eventuais ações que tragam melhorias para sua comunidade.

Tive a oportunidade de conviver com as pessoas que compõem o corpo técnico do ecomuseu, e reconheço o seu empenho, são pessoas comprometidas com o trabalho que fazem.

Todavia, acho interessante que seja feita uma reavaliação do trabalho que está em andamento na comunidade conhecida como Faveira, em referência ao posto do Ecomuseu estabelecido ali para atender aos grupos de artesãos, a julgar pelo desinteresse dos mesmos.

Isso significa dizer que, conviver em um determinado local, não pressupõe exatamente partilhar as mesmas aspirações. As pessoas são seres individualizados, e portanto possuem necessidades distintas. Todavia existem determinados referenciais, o que se determinou no âmbito da academia chamar de patrimônio, que une as pessoas em torno de um referencial comum.

E neste caso, o referencial comum observado, além das praias, foi a emblemática ruína do antigo educandário que desperta a atenção dos moradores e um mito de curiosidade nos visitantes que chegam. Enquanto estava realizando esta pesquisa passei um determinado período de tempo sentada em um banco da praça e pude perceber que, entre os que desembarcavam no porto e se dirigiam ao interior da ilha havia um nítida curiosidade em relação aquele lugar.

Entre as pessoas que tive a oportunidade de conversar, todas mencionaram, essa ruína do antigo educandário como um ponto que merece ser destacado, pois segundo Melo, (2008), o povoamento da ilha está intimamente ligado à história dessa antiga construção.

Creio que seria interessante que o projeto do Roteiro de Visitação Patrimonial, que foi instituído nas comunidades do Poção e Fazendinha como uma forma de agregação de valores, fosse implementado também na comunidade Faveira, local dessa ruína, além de um projeto museológico que explore os vários potenciais turísticos desse local e possibilite a geração de renda.

A questão da falta de geração de renda é bem problemática ali. Segundo D. Dulce “ou a pessoa trabalha em bar, ou em hotel, quem não quiser seguir por esse ramo tem que tentar a vida em Belém, e os mais prejudicados são os jovens”.

Em minhas considerações ratifico que um dos maiores desafios do Ecomuseu da Amazônia é o de se manter em funcionamento, pois percebi que este, apresenta uma estrutura frágil, que envolve a composição de vários fatores, também ressalto a falta de recursos em sentido amplo, que causa impacto direto em suas linhas de trabalho. Essa questão, segundo Priosti e Varine (2007), “apresenta-se, como uma das maiores dificuldades, a própria sustentabilidade do processo museológico” (PRIOSTI; VARINE, 2007, p. 63)

Quanto aos trabalhos desenvolvidos em Cotijuba, percebo que se apresentam de maneira tímida. Em relação aos objetivos específicos, os resultados observados demonstram que, de modo geral, os moradores e visitantes não estão familiarizados com a presença do museu, e entre os que conhecem, são poucos os que participam ou participaram de suas ações, de modo que a repercussão em suas práticas de vivência não se apresenta tão expressiva.

Considerando-se o total de pessoas entrevistadas, D. Antônia foi a pessoa que afirmou a importância do Ecomuseu na qualificação e promoção de sua produção artesanal e proporcionou melhorias à sua base produtiva

Neste caso, o Ecomuseu precisa se apresentar para outras pessoas que vivem em Cotijuba, expandir suas linhas de trabalho para outras comunidades, mesmo que seja por meio de ações pontuais, para que outras pessoas possam participar e usufruir de um processo museológico mais inclusivo.

REFERÊNCIAS

AMARAL, K. A.; MOUTINHO, M. T.; CORRÊA, I.C.A. Cartografia aplicada ao turismo na Ilha de Cotijuba (Belém-PA)-Universidade Federal Rural da Amazônia-UFRA. **Anais do XXVII Congresso Brasileiro de Cartografia e XXVI Expositiva**. 6-9 nov. de 2017, SBC, Rio de Janeiro-RJ, p. 1550-1554.

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. Museologia: correntes teóricas e consolidação científica. **Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Museologia e Patrimônio**. Rio de Janeiro, v. 5, nº 2, 24 p., 2012. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpemus/article/viewFile/159/199>> Acessado em: 06/10/2018.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus elementos para compreensão e análise. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.3, p.209-236, 1995.

BRASIL. LEGISLAÇÃO SOBRE MUSEUS, 2ª edição.

BRASIL. Política Nacional de Museus. José do Nascimento Junior e Mário de Souza Chagas (Orgs.). Brasília, Minc, 2007, p.10-38.

BRITTO, Rosângela Marques; SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. Ecomuseu da Amazônia, Cotijuba: antropologia das paisagens museológicas belenenses. Anpap, Belém, Pa, 2013. **Anais da ANPAP**

BROOKS, Mary et al. Restauração e conservação: algumas questões para os conservadores. A perspectiva da conservação de têxteis. Trad. Teresa Cristina Toledo de Paula. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 2, jan.-dez. 1994. (Nova série).

BRUNO, Brulon. A invenção do ecomuseu: O caso do Écomusée du Creusot Montceau-les-mines e a prática da museologia experimental. **MANA**, Rio de Janeiro, v.22, n.2, 267-295, 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132015000200267>. Acesso em 06/09/2017.

CHAGAS, Mario et al. A Museologia e a Construção de sua Dimensão Social: olhares e caminhos. **Cadernos de Sociomuseologia**. [S.I.], v.55,n 11, jun. 2018. ISSN 1646 – 3714. Disponível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/articleviewna/6364>. Acesso em 10/11/2018.

CHAGAS, Mario. Memória e Poder: dois movimentos. **Caderno de Sociomuseologia**. n. 19, 2002.

CHAGAS, M. S. Museus e sustentabilidade ambiental. In: CHAGAS; M.S.; Denise Studart e Claudia Storino (Orgs.). **Museus, Biodiversidade e Sustentabilidade Ambiental**. Rio de Janeiro: Espirógrafo Editorial, 2014, v. 1, p. 24-30.

CHAGAS, Mário; STORINO, Cláudia. Prefácio. In: COHEN, Regina et alii. **Acessibilidade a Museus**. Brasília, DF: MinC/IBRAM, 2012.

CHALHUB, T. ; BENCHIMOL, A. ; ROCHA, L. M. . Acessibilidade e Inclusão: a informação em museus para surdos. In: **ENANCIB XVI** (Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação. Informação, Memória e Patrimônio: do documento às redes. João Pessoa: UFPB, 2015.

CORDOVIL, Maria Madalena. Novos museus novos perfis profissionais. **Cadernos de Museologia**,n. 1, 1993.

DECAROLIS, Nelly. Museología y Desarrollo Sustentable: El Valor de Un Desafío. In: **III ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS e IX ICOFOM LAM**. Comunidade, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável / Museologia e Desenvolvimento Sustentável. Rio de Janeiro: Núcleo de Orientação e Pesquisa Histórica(NOPH), 2000.

DE VARINE, Hugues. Um instrumentado desenvolvimento: o museu. As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local. **Medianiz**:p. 171-200, 2013

DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François. **Conceitos-chave de Museologia**. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de

Museus; Pinacoteca do Estado de São Paulo; Secretaria de Estado da Cultural: Armand Colin, 2013,100p.[Tradução Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury]. Disponível em: <http://www.icom.org.br/wp-content/uploads/2014/03/PDF_Conceitos-Chave-de-Museologia.pdf>; Acessado em:06/10/2018.

ECOMUSEU DA AMAZÔNIA.**Programa de capacitação:** Patrimônio e capacitação do atores do desenvolvimento local,2017(sem paginação).

FAULHABER, P. Traduções Magüta: pensamento Ticuna e patrimônio cultural. In: LIMA FILHO, M. F.; ECKERT, C.; BELTRÃO, J. (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural:** diálogos e desafios contemporâneos. Blumenau: Nova Letra, 2007. p. 145-156.

GODOY, Arilda Schmitd. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais.**RAE-Revista de Administração de empresas.** São Paulo. V. 35, n. 3, p. 20-29 mai./jun.1995. Disponível em : https://www.researchgate.net/publication/262479939_Pesquisa_qualitativa_tipos_fundamentais. Acesso em 02/09/2018.

GUERRA, Gutemberg Amando Diniz. Eidorfe Moreira e o aspecto insular de Belém. **Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. Hum.**, Belém. v. 10, n. 3, p. 583 – 589, set. – dez., 2015

HUFFNER, João Gabriel Pinheiro; MARTINS, Maria Terezinha Resende; BASTOS, Márcia Sueli Castelo Branco. A possível atuação do Ecomuseu da Amazônia no desenvolvimento do turismo de base comunitária na Ilha de Cotijuba – PA. **Revista Tur., Visão e ação**, Vol. 20 – n. 2 – Mai./ ago. 2018. <https://siaiap32.univale.br/seer/index.php/rtva/article/download/13160/7510>. Acesso em 06/09/2018

Itaipu Binacional. Disponível em: <<https://www.itaipu.gov.br/.../ecomuseu-completa-30-anos-de-integração-entre-homem>>. Acesso em 06/10/2018.

JUNIOR, Ronaldo Jorge Araújo Vieira. **As Inconstitucionalidades do “Novo Regime Fiscal” Instituído pela PEC nº 55, de 2016** (PEC nº 241 de 2016, na

Câmara dos Deputados), 11/2016. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/publicacoes/estudos-legislativos/tiposde.../bol53>

Acesso em 09/10/2018

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão.** Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. **Ciênc. Hum.** v. 7, n. 1, p. 31-50, jan.-abr. 2012.

MARTINS, Maria Terezinha R. Ecomuseu da Amazônia: uma experiência ao serviço do desenvolvimento comunitário no Município de Belém – PA. **Cadernos do CEOM**, n.41, Julho, 2014.

MOUTINHO, Mario Canova. **A Declaração de Quebec**, 1984.

MOUTINHO, Mário. Sobre o conceito de Museologia Social. **CADERNOS DE MUSEOLOGIA**, nº 1, páginas, 1993.

MELO, Odimar do Carmo. **A comunidade e a construção na ilha de Cotijuba (PA)**. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2008.

MUSAS, Museu Visitado. Entrevista com Maria Terezinha Coordenadora do Ecomuseu da Amazônia. MUSAS, **Revista Brasileira de Museu e Museologia** n 7, 2016

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM, Funbosque. Disponível em www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=40. Acesso em 06/10/2018.

PRIMO, Judite. A museologia como instrumento estratégico nas políticas culturais contemporâneas. MUSAS, **Revista Brasileira de Museu e Museologia**, N. 2 páginas, 2006

PRIMO, Judite Santos. Pensar contemporaneamente a Museologia. **Cadernos de Sociomuseologia** n. 16, 1999.

PRIOSTI, Odalice M.; MATOS, Yara. Caminhos e percursos da Museologia Comunitária. In: **XII ATELIER INTERNACIONAL DO MINOM**. Museus e Sociedade: Agarrar a mudança, que ações? Que pensamento comum?.Setúbal,Lisboa,2007.

RAFFAINE, Patrícia Tavares. Museu contemporâneo e os gabinetes de curiosidades. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, p. 159 – 164, 1993.

RUBIM, Antônio Albino Canelas. **Políticas Culturais no Brasil: trajetória e contemporaneidade**.Salvador:EDUFBA,2008.

SCHEINER, T. C. M. (Org.).Museologia e desenvolvimento sustentável na América Latina e no Caribe: museología y desarrollo sustentable en Latinoamérica y el Caribe.In:**ANAIS DO IX ENCONTRO DO SUBCOMITÊ REGIONAL DO ICOFOM PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE / II ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECOMUSEUS**. Rio de janeiro: Tacnet Cultural Ltda., 2001.

SCHEINER, Teresa. Desvelando o Museu Interior. In: SCHEINER, T.C **Apolo e Dionísio no templo das musas Museu: gênese, idéia e representações, UFRJ, Rio de janeiro, 1998**

SCHEINER, Tereza C. M. Repensando o Museu Integral: do conceito às práticas. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi Ciências Humanas**, Belém, v. 7, n. 1, p. 15-30. Jan.-abr. 2012. Disponível em:http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S198-8122201000100003&lng=pt. Acesso em:15/10/2012.

TAMASO, Izabela. A expansão do Patrimônio, novos olhares sobre velhos, outros desafios.**Sociedade e Cultura**, v.8, n. 2,p. 13-36. jul/dez,2005.Disponível:<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/TAMASO_Izabela_A-expansao-do-patrimonio.pdf>. Acesso em:09/09/2016.

TANUS, Gabrielle Francine de S. C. Arquivos, bibliotecas e museus: várias histórias. **Biblos: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, v.28, n.1, p. 85 – 100, jan./jun. 2014.

<https://www.nacionalconsultas.com.br/blog/o-que-e-o-cnpj-e-para-que-serve-consulta-cnpj/>

APÊNDICE

Perguntas que serviram de base para a condução das entrevistas realizadas no decorrer desta pesquisa.

- 1) O que é museu para você? E ecomuseu?
- 2) Para que ele serve?
- 3) Você conhece algum museu ou ecomuseu?
- 4) Já participou de alguma atividade desenvolvida por algum museu ou ecomuseu para a sua comunidade?
- 5) Se sim, qual foi a atividade e qual museu? E como você participou?
- 6) Como foi essa experiência? Você acha que seria bom que isso se repetisse? Seria bom que outras pessoas também participassem? Quem? Por quê?
- 7) Através dessa atividade você vivenciou alguma (s) melhoria (s) em seu modo de vida?
- 8) Você poderia dizer melhorias e quais foram essas melhorias?

ANEXOS

IMAGENS DOS SINGULARES TIPOS DE TRANSPORTES ENCONTRADOS NA ILHA DE COTIJUBA

Figura 19. Motorrete.



Fonte: Google Imagens, 2018.

Figura 20. Charrete.



Fonte: Google Imagens, 2018.

Figura 21. Bondinho.



Fonte: Google Imagens, 2018.